

Relatório & Contas 2015



COMBOIOS DE PORTUGAL



cp.pt

—● Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, n° 20

1249 – 109 Lisboa

N° Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109°

Capital Estatutário € 2.678.800.000 (a 31 de dezembro de 2015)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo de Atividade.

Direção Financeira

Contactos:

webmaster@cp.pt

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

Índice

01. Mensagem do Presidente	10
02. Sumário do Ano	12
03. A Equipa de Gestão	14
04. Enquadramento Macroeconómico	16
05. Criação de Valor	18
—● Recursos Humanos	18
- Efetivo	18
- Absentismo e Trabalho Suplementar	19
- Formação	19
—● Frota	20
- Material ao Serviço e Desativado	20
- Melhorias na Frota	21
—● Oferta	22
—● Qualidade do Serviço	23
—● Procura	24
—● Proveitos	25
—● Investimentos	26
- Principais Projetos	26
06. Grupo CP	28
—● EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.	28
—● Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	29
—● SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.	30
—● FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.	30

07. Os Principais Marcos	32
—● Atividade Desenvolvida	32
- Oferta / Operação	32
- Tarifário	33
- Bilhética / Distribuição	34
- Inovação	35
- Processos Internos	35
- Comunicação	36
- Gestão do Património	37
- Intervenção Social	37
—● Prémios Recebidos	38
- Marcas Confiança no Ambiente	38
- Prémios Eficácia na Comunicação	38
- Prémio Marketing, promovido pela publicação Meios & Publicidade	38
08. Cumprimento das Obrigações Legais	40
—● Resumo	40
—● Objetivos de Gestão	41
—● Gestão do Risco Financeiro	42
—● Prazo Médio de Pagamento	43
—● Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2014	44
—● Remunerações	44
- Medidas de Redução Salarial	44
- Remunerações dos Órgãos Sociais	46
- Revisor Oficial de Contas	52
- Auditor Externo	52
—● Aplicação do Art.º 32º do Estatuto do Gestor Público	53

—● Contratação pública	53
—● Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado	53
- Sistema Nacional de Compras Públicas	53
- Parque de Veículos do Estado	53
—● Medidas de Redução de Custos Operacionais	54
—● Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	56
—● Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	57
—● Informação no site do SEE	58
09. Análise Económico-Financeira	60
—● Conta de Exploração	60
—● Balanço	63
- Ativo	63
- Capital Próprio	64
- Passivo	64
—● Financiamento	65
- Política de Financiamento	65
- Estrutura da Dívida Remunerada	65
- Fontes de Cofinanciamento	66
- Encargos Financeiros	66
- Limites de Endividamento	67
- Instrumentos de Gestão de Risco	67
10. Perspetivas para 2016	70
11. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício	74
12. Proposta de Aplicação de Resultados	76
13. Declaração de Conformidade	78
14. Demonstrações Financeiras	80

15. Anexos às Demonstrações Financeiras	86
—● Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	86
- Identificação	86
- Separação de sectores - Infraestrutura	86
- Separação de sectores - Transportes	87
- Regime de Concessão	88
- Contrato de serviço público	89
—● Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	90
- Referencial contabilístico	90
- Derrogações ao SNC	90
- Valores comparativos	90
—● Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)	90
- Bases de mensuração	90
- Políticas contabilísticas relevantes	91
- Juízos de Valor	102
- Principais pressupostos relativos ao futuro	102
- Principais fontes de incerteza das estimativas	103
—● Fluxo de Caixa (nota 4)	104
- Rubrica de Caixa e depósitos bancários	
- Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários	105
—● Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)	105
—● Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)	105

—● Locações (nota 7)	107
—● Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 8)	107
—● Participações Financeiras - Outros Métodos (nota 9)	109
—● Ativos por impostos diferidos (nota 10)	110
—● Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)	111
—● Acionistas/Sócios (nota 12)	111
—● Inventários (nota 13)	111
—● Clientes (nota 14)	112
—● Adiantamentos a Fornecedores (nota 15)	113
—● Estado e Outros Entes Públicos (nota 16)	113
—● Outras Contas a Receber (nota 17)	113
—● Diferimentos (nota 18)	114
—● Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 19)	114
—● Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 20)	114
—● Capital Realizado (nota 21)	115
—● Ações (Quotas) Próprias (nota 22)	116
—● Outros Instrumentos de Capital Próprio (nota 23)	116
—● Reservas Legais (nota 24)	116
—● Outras Reservas (nota 25)	116
—● Resultados Transitados (nota 26)	116
—● Ajustamentos em Ativos Financeiros (nota 27)	117
—● Outras Variações no Capital Próprio (nota 28)	117
—● Provisões (nota 29)	118
—● Financiamentos Obtidos (nota 30)	118
—● Outras Contas a Pagar (nota 31)	120
—● Fornecedores (nota 32)	120

—● Adiantamentos de clientes (nota 33)	121
—● Passivos Financeiros Detidos para Negociação (nota 34)	121
—● Vendas e Serviços Prestados (nota 35)	121
—● Subsídios à Exploração (nota 36)	121
—● Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 37)	122
—● Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 38)	122
—● Fornecimentos e Serviços Externos (nota 39)	122
—● Gastos com Pessoal (nota 40)	123
—● Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 41)	123
—● Outros Rendimentos e Ganhos (nota 42)	124
—● Outros Gastos e Perdas (nota 43)	124
—● Aumentos/Reduções Justo Valor (nota 44)	124
—● Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 45)	125
—● Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 46)	125
—● Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 47)	125
—● Juros e Gastos Similares Suportados (nota 48)	125
—● Passivos Contingentes (nota 49)	125
—● Ativos Contingentes (nota 50)	126
—● Divulgação de Partes Relacionadas (nota 51)	126
—● Garantias e Avals (nota 52)	127
—● Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 53)	127
16. Documentos Anexos	129



4004

Mensagem do Presidente



A CP atingiu em 2015 um valor *record* de proveitos de tráfego, ultrapassando os 220 milhões de euros, mais 6 milhões de euros que no ano anterior, consolidando assim um ciclo de crescimento sustentado que se prolonga há mais de dois anos.

Transportou 112 milhões de passageiros, o que representou um crescimento de 2% relativamente a 2014. Este crescimento foi transversal a todos os serviços, com particular destaque para os serviços de longo curso, que ultrapassaram os 5,5 milhões de passageiros transportados, num crescimento de 5% face a 2014 e de 19% relativamente a 2013.

Não obstante a ausência de atribuição de Indemnizações Compensatórias (em 2014 haviam sido atribuídos à CP 17,9 milhões de euros, o que representara por sua vez cerca de metade do valor atribuído em 2013), o EBITDA recorrente manteve-se positivo em 3,8 milhões de euros, apresentando no entanto uma redução face a 2014 da ordem dos 11 milhões de euros.

O Resultado Financeiro registou uma melhoria de 95,8 milhões de euros, em virtude da redução da dívida financeira da empresa em 15%, consequência do apoio do Estado para o financiamento do serviço da dívida e dos investimentos e da descida generalizada das taxas de juro.

O Resultado Líquido surge agravado face ao ano anterior devido à assunção contabilística dos reflexos futuros do acordo de venda direta de referência da CP Carga e pelo reconhecimento de responsabilidades passadas decorrentes da consideração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias.

A ligeira melhoria da atividade económica também contribuiu para os resultados obtidos. Contudo, foi o clima de diálogo e concertação social e a aposta feita pela

Empresa numa forte dinâmica comercial, no combate à fraude, na articulação da oferta potenciando o seu efeito de rede e na implementação de novas soluções operacionais e de mobilidade, procurando sempre a criação de vantagens para os seus clientes, que foram determinantes para a obtenção dos resultados obtidos.

Não posso assim deixar de enaltecer o empenho e dedicação de todos os colaboradores e suas representações, que permitiu ultrapassar as metas ambiciosas inicialmente estabelecidas.

É pois, com renovada confiança que iremos iniciar em 2016 um novo ciclo de expansão da atividade da CP.

Efetivamente, as perspetivas de crescimento, sustentadas pelo potencial do efeito da “Rede CP”, pelo crescimento da economia nacional e em particular da atividade turística e também pela inevitável necessidade de desenvolvimento do transporte público, designadamente do modo ferroviário, recomendam um reforço de oferta.

Este potencial de crescimento, associado a uma estratégia comercial mais agressiva e a um modelo produtivo que otimize a gestão de uma rede integrada de serviços potenciará o equilíbrio operacional e financeiro da operação, consolidando a trajetória de sustentabilidade da Empresa.

Não será no entanto possível manter nos anos subsequentes o atual cenário de ausência de Indemnizações Compensatórias. Urge a concretização da Contratualização do Serviço Público a prestar pela CP, a implementação do Plano de Investimentos na Infraestrutura e, por fim, a conclusão do processo de saneamento financeiro.

Para concretizar os desafios que se avizinham contamos como sempre com os nossos principais ativos – os nossos clientes e colaboradores - e com o apoio da Tutela.



2 Sumário do Ano

Indicadores Operacionais	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Procura				
Passageiros (10 ³)	112.024	109.785	2.239	2,0%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	3.624.903	3.518.813	106.090	3,0%
Oferta				
Comboios (10 ³)	444	455	-11	-2,3%
CK (10 ³)	28.834	28.843	-9	0,0%
LKO (10 ⁶)	12.832	12.790	42	0,3%
Recursos Humanos				
Efectivo Final a cargo	2.684	2.718	-34	-1,3%
Efectivo Médio a cargo	2.703	2.754	-51	-1,9%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	235	234	1	0,4%
Locomotivas	31	89	-58	-65,2%
Carruagens	101	98	3	3,1%

Nota: Em 2015 foram transferidas 59 locomotivas para a CP CARGA.

Indicadores Financeiros (10 ³ €)	2015	2014	2015-2014	2015/ 2014
Proveitos Tráfego	220.558	214.496	6.062	2,8%
Indemnizações Compensatórias	0	17.790	-17.790	-100,0%
Rendimentos Operacionais	273.575	303.955	-30.380	-10,0%
Gastos Operacionais *	269.792	289.185	-19.393	-6,7%
EBITDA *	3.783	14.770	-10.987	-74,4%
Resultado Operacional	-175.197	36.747	-211.944	-576,8%
Resultado Líquido	-278.426	-159.869	-118.557	-74,2%

* Não inclui Rescisões, Provisões, Depreciações, Imparidades, Justo Valor, Participadas e acordo sobre variáveis relativos a anos ant

Rácios	2015	2014	2015-2014	2015/ 2014
Produtividade do Trabalho (10 ³) (CK/Efectivo)	10,67	10,47	0,19	1,9%
Peso dos Gastos no VN c/ Subsídio à Exploração **	121,0%	108,1%	12,9 p.p.	-
Peso dos Gastos no VN s/ Subsídios à Exploração ***	110,2%	116,2%	-6,0 p.p.	-

** (CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões+acordo sobre variáveis relativos a anos anteriores)/Volume de Negócios (com subs.à Expl.

*** (CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões)/Volume de Negócios (sem subs.à Expl.)



CAMPANHA

4010

3 A Equipa de Gestão



Vogal

Dr^a Maria João Calado Lopes

Presidente

Eng. Manuel Tomás Rodrigues Queiró

Vogal

Dr. Nuno Sanches Osório



Linha
1

80

52/82

CP

3572



4 Enquadramento Macroeconómico

Os dados macroeconómicos disponíveis referentes a 2015 indicam que a economia portuguesa continuou num processo de recuperação global, tendo registado nos três primeiros trimestres de 2015 um crescimento do PIB de 1,5% face ao período homólogo de 2014¹, traduzindo um aumento da procura interna e um crescimento das exportações.

Contudo, este valor fica ligeiramente abaixo da projecção de 1,6% constante do Programa de Estabilidade (abril 2015), devido a uma quebra do contributo positivo da procura interna.

Neste período assistiu-se ainda a uma recuperação das despesas de consumo das famílias, devido à queda da taxa de desemprego e ao efeito da redução do serviço da dívida das famílias com as taxas de juro estabilizadas em níveis baixos. Assistiu-se, também a uma melhoria das condições de financiamento das famílias.

No que concerne às exportações de serviços, é de realçar que no período janeiro-outubro de 2015 as exportações de “viagens e turismo” atingiram um valor de 10 mil milhões de euros, 10,2% acima do valor registado no mesmo período de 2014.²

Em 2015 verificou-se uma taxa de inflação homóloga em Portugal (IHPC) de 0,5%, traduzindo um aumento de 0,7 p.p. face ao valor verificado no ano transacto.³

A evolução do mercado de trabalho nos três primeiros trimestres de 2015, quando comparada com o período homólogo de 2014, caracteriza-se por uma redução da taxa de desemprego em 1,2 p.p., situando-se nos 11,9%.

A atividade da empresa, traduzida nos seus principais indicadores, acompanhou a evolução positiva da economia nacional, evidenciando a correlação entre o ciclo económico e as necessidades de mobilidade.

Importa, no entanto, realçar que a CP apresentou um crescimento superior à média do setor dos transportes, em virtude de uma forte dinâmica comercial e da implementação de diversas alterações produtivas e organizacionais que reforçaram a sua competitividade e atratividade para o cliente.



5 Criação de Valor

Recursos Humanos

Efetivo

A empresa terminou o ano de 2015 com 2684 trabalhadores a cargo, ou seja, menos 34 trabalhadores que no final do ano anterior, 7 dos quais saíram por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

Efetivo (*) a 31 de Dezembro	2015	2014	2013	Δ 2015-2014
Vinculado	2.719	2.753	2.797	-34
A Cargo	2.684	2.718	2.766	-34
Ao Serviço	2.678	2.712	2.760	-34

(*) **Efetivo Vinculado** - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido/requisitado que não é pago pela empresa).

Efetivo a Cargo - efetivo ao qual a empresa Paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido/requisitado pago pela empresa).

Efetivo ao Serviço - efetivo que presta serviço na empresa.

Cerca de 75% dos colaboradores são da área operacional e pertencem às carreiras profissionais comercial e tração.

EFECTIVO VINCULADO a 31 de Dezembro				
Carreira	2015	2014	2013	Δ 2015-2014
Administrativa	110	111	111	-1
Apoio Técnico e Gestão	93	95	97	-2
Comercial	1.214	1.226	1.250	-12
Material	80	84	85	-4
Operação de Transporte	106	106	109	0
Outros	19	27	23	-8
Técnicos	291	294	298	-3
Tração	800	803	820	-3
TOTAL	2.713	2.746	2.793	-33
Conselho de Administração + Conselho Fiscal (*)	6	7	4	-1
TOTAL	2.719	2.753	2.797	-34

(*) Acréscimo em 2014 devido à nomeação do Conselho Fiscal

Absentismo e Trabalho Suplementar

Indicadores	2015	2014	2013	Δ 2015-2014
Taxa de Absentismo (sem greves)	6,59%	5,87%	5,39%	0,72 p.p.
Taxa de Trabalho Suplementar	11,01%	9,53%	5,38%	1,48 p.p.

Tanto a taxa de absentismo como de trabalho extraordinário aumentaram em 2015. O acréscimo do absentismo deveu-se a um ligeiro aumento da ausência por doença e por acidentes de trabalho. Quanto ao aumento do trabalho suplementar justifica-se pela necessidade de rejuvenescimento de algumas categorias profissionais, pela necessidade de manutenção dos serviços existentes e pelo acréscimo de serviços especiais.

Os motivos que mais contribuem para o absentismo são “doença”, que representa cerca de 53% do absentismo, e “acidentes de trabalho” que representam cerca de 14% da totalidade do absentismo. Os restantes motivos, que representam cerca de 32%, incluem, nomeadamente, ausência por maternidade/paternidade, assistência a familiares e trabalhador estudante.

A redução do efetivo operacional desde 2010 (último ano em que a CP contratou) face ao aumento da oferta comercial, ao crescimento do absentismo e do trabalho extraordinário fundamentaram o pedido pela empresa às Tutelas para recrutamento de pessoal, maioritariamente operacional, o qual foi concedido em outubro, a concretizar em 2016.

Para o combate ao absentismo foram ainda tomadas diversas medidas, tais como:

- Identificação das principais causas de doença dos trabalhadores da CP - Programa com a

Ecosaúde e que tem como objetivo elaborar programas de sensibilização e de promoção da saúde com vista a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e a diminuição do número de episódios de doença;

- Inspeções médicas em caso de ausência superior a 30 dias ou quando se verificarem fatores que possam motivar a suspeita de fraude;
- Ações de formação “Prevenção de Acidentes de Trabalho”;
- Reforço da investigação dos acidentes de trabalho;
- Testes de alcoolémia;
- Divulgação no Flash (*newsletter* interna) de informação a incentivar a realização dos exames médicos no âmbito da medicina do trabalho, informação sobre a higiene das mãos e informação sobre como trabalhar no frio, evitando acidentes e doenças.

Formação

A CP manteve a sua aposta na valorização dos seus trabalhadores através da formação contínua, intensificando a aplicação de novas metodologias, como o *e-learning*, e investindo na atualização e aquisição de novas competências colocando-as ao serviço do Cliente e garantindo em simultâneo a Segurança, a Qualidade e o Ambiente, valores profundos da CP.

Em 2015, foram realizadas 302 ações de formação, tendo a grande maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do grupo CP, atingindo-se uma execução de 93,67% face à formação prevista.

Os valores globais da formação efetuada foram os seguintes:

Indicadores Formação	2015
Total de horas de formação	59.443
N.º formandos	2.876
N.º ações de Formação	302

A formação ministrada ao abrigo do Plano de Formação 2015 visou os seguintes objetivos:

1. Reforçar/atualizar competências com foco nos seguintes temas:

- Excelência no Atendimento ao Cliente e Técnicas de Venda;
- Segurança da circulação (planos de emergência, aperfeiçoamentos técnicos, regulamentares, conduções);
- Melhor conhecimento da Empresa através do Projeto transversal “Conhecer o negócio CP”;
- Sensibilização à Qualidade e Ambiente;
- Sistemas de informação;
- Gestão de recursos (humanos, financeiros, energéticos);
- Controlo de Gestão, Impostos, Gestão Financeira e de Tesouraria;
- Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental.

2. Adquirir novas competências:

- Certificação de maquinistas para condução no trajeto Porto-Vigo (formação técnica e na língua espanhola);
- Condução, habilitando os maquinistas a conduzir em tipo de material motor específico;
- Certificação pedagógica de formadores, que permite reforçar as competências pedagógicas dos trabalhadores que ministram ações de formação interna;
- Comportamentais como a Automotivação e a Comunicação.

—● Frota

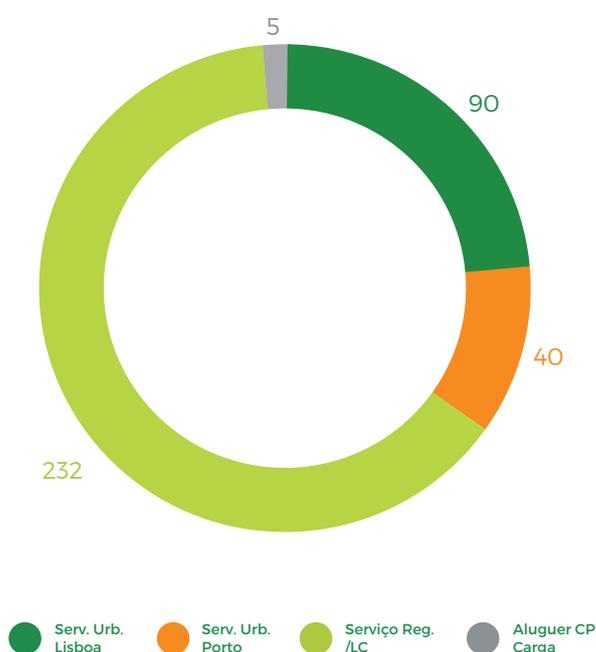
Em 2015, a CP continuou a otimizar a utilização do parque de material circulante e a promover a realização de estudos nos domínios da manutenção e reparação dos sistemas e equipamentos, tendo em conta os últimos desenvolvimentos tecnológicos. Visou sempre a promoção da segurança, eficiência e economia na utilização do material circulante. Promoveu contactos para a venda de material circulante não necessário à operação.

Material ao Serviço e Desativado

À data de 31 de dezembro de 2015, o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 796 unidades. Destas, 367 unidades encontravam-se afectas ao parque ativo, 334 unidades integravam o parque de material inoperacional e 95 unidades eram material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontravam-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante em serviço comercial era composto por 188 automotoras elétricas, 47 automotoras *diesel*, 25 locomotivas elétricas, 6 locomotivas *diesel* e 101 carruagens.

Parque Ativo CP 2015 (Unidades de Material)



De salientar que no parque ativo se encontravam incorporadas 17 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2, alugadas à RENFE.

No âmbito do processo de privatização da CP Carga, transitaram para a propriedade desta 25 Locomotivas Elétricas da série 4700, 4 Locomotivas Elétricas da série 5600, 15 Locomotivas *Diesel* da série 1400 e 15 Locomotivas *Diesel* das séries 1900/30/60.

Na sequência de contactos estabelecidos com entidades internacionais e nacionais que têm manifestado interesse em adquirir material circulante à CP, procedeu-se à alienação de três lotes de veículos inativos e peças para sucata, 5 automotoras *diesel* da série 9500, três furgões, um locotrator e uma locomotiva a vapor da Linha do Tua

Melhorias na Frota

No decurso de 2015 desenvolveram-se diversas atividades no âmbito da melhoria da qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente:

- Instalação do sistema Wi-Fi em 45 carruagens Corail afectas ao serviço Intercidades;
- Conclusão do processo de substituição das caixas de transmissão de rodados das UDD's 450.
- Envernizamento das carruagens históricas

Com o propósito de continuar a oferecer um serviço de transporte alicerçado nos mais elevados padrões de segurança prosseguiram os seguintes projetos:

- Substituição de veios de transmissão em comboios Alfa Pendular;
- Grandes reparações do tipo R2 e R3 em diversas séries.

A manutenção da maior parte do material circulante é desenvolvida nas oficinas da EMEF, empresa participada da CP. Apenas na série de locomotivas 5600 a manutenção é prestada pela SIMEF, ACE (empresa de serviços de manutenção e engenharia ferroviária detida pela EMEF, em 51%, e pela Siemens, em 49%).

—● Oferta

Em 2015, a oferta da CP, avaliada em Comboios*Quilómetro foi de 28.834 milhares de CK, valor semelhante ao registado no ano anterior.

Verificaram-se, no entanto, diversos ajustamentos à oferta, dos quais se destacam a alteração dos horários

nas Linhas de Cascais, Sintra/Cintura e Algarve, a extensão de comboios intercidades a Braga e a reposição, por um período experimental, do serviço na Linha do Leste.

Os lugares quilómetro oferecidos foram ligeiramente superiores aos do ano anterior e com maiores taxas de ocupação decorrentes do crescimento da procura.

Comboios Quilómetro (*103)	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Serv. Urbano Lisboa	6.644	6.861	-218	-3,2%
Serv. Urbano Porto	4.565	4.568	-3	-0,1%
Serv. Longo Curso	8.534	8.380	154	1,8%
Serv. Regional	9.091	9.033	58	0,6%
TOTAL	28.834	28.843	-9	0,0%

Lugares Quilómetro Oferecidos (*106)	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Serv. Urbano Lisboa	5.829	5.939	-111	-1,9%
Serv. Urbano Porto	2.251	2.166	85	3,9%
Serv. Longo Curso	2.559	2.468	91	3,7%
Serv. Regional	2.193	2.216	-23	-1,0%
TOTAL	12.832	12.790	42	0,3%

Taxa de ocupação	2015	2014	2015-2014
Serv. Urbano Lisboa	19,9%	19,1%	0,7 p.p.
Serv. Urbano Porto	26,6%	27,1%	-0,5 p.p.
Serv. Longo Curso	55,2%	54,3%	0,9 p.p.
Serv. Regional	20,7%	20,5%	0,2 p.p.
TOTAL	28,2%	27,5%	0,7 p.p.

Nota: Face ao Relatório & Contas de 2014 reclassificaram-se os valores do serviço Porto-Vigo do serviço Regional para o Longo Curso, dado que se trata de um serviço internacional.

—● Qualidade do Serviço

O índice global de regularidade da CP em 2015 foi de 98%, valor próximo do verificado no ano anterior.

Regularidade	2015	2014	2015-2014
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	98,2%	98,7%	-0,5 p.p.
Cascais	97,6%	98,3%	-0,7 p.p.
Sado	98,5%	99,3%	-0,8 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	98,3%	99,0%	-0,7 p.p.
Braga	99,0%	99,4%	-0,4 p.p.
Caíde	98,8%	99,3%	-0,5 p.p.
Guimarães	98,9%	99,3%	-0,4 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfas	99,3%	99,6%	-0,3 p.p.
Intercidades	99,5%	99,6%	-0,1 p.p.
Serv. Regional			
Serv. Regional	98,7%	99,0%	-0,3 p.p.
Total CP	98%	99%	-1 p.p.

Em 2015 verificou-se uma melhoria do Índice de Pontualidade diária face ao ano anterior.

De sublinhar as melhorias em cerca de 4 p.p. da pontualidade do serviço Alfa, de 8,5 p.p. no serviço Intercidades e de 8 p.p. no serviço Regional.

Apesar das melhorias referidas sublinha-se que a pontualidade do serviço de Longo Curso permanece abaixo dos 80%, fortemente condicionada pelas condições da infraestrutura.

Pontualidade Diária	2015	2014	2015-2014
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	90,0%	86,1%	3,9 p.p.
Cascais	85,5%	90,5%	-5,0 p.p.
Sado	88,4%	89,2%	-0,8 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	86,8%	88,1%	-1,3 p.p.
Braga	92,4%	92,4%	0,0 p.p.
Caide	90,5%	91,7%	-1,3 p.p.
Guimarães	92,1%	90,0%	2,0 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfas	78,9%	74,5%	4,4 p.p.
Intercidades	76,7%	68,2%	8,5 p.p.
Serv. Regional			
Serv. Regional	88,4%	80,4%	8,0 p.p.

● Procura

Em 2015 foram transportados pela CP 112 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 2% relativamente a 2014 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de cerca de 2,2 milhões de passageiros transportados.

Este crescimento da procura foi transversal a todos os serviços da CP, destacando-se o Serviço de Longo Curso com um crescimento de 5,0% que ultrapassou os 5,5 milhões de passageiros e o Serviço Urbano de Lisboa com um crescimento de 2%, ou seja, mais 1,5 milhões de passageiros.

Este crescimento foi impulsionado pelos títulos próprios (Bilhetes, Assinaturas e Zapping) que tiveram um acréscimo de 3,2%, enquanto os Títulos Combinados se mantiveram praticamente inalterados.

Para estes resultados contribuiu decisivamente a dinâmica comercial implementada nos últimos anos que tem permitido aproveitar as sinergias entre os vários serviços da empresa, gerando uma procura induzida entre os Serviços Urbano e Regional e os comboios de Longo Curso.

Passageiros (*10 ³)	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Serv. Urbano Lisboa	75.865	74.378	1.487	2,0%
Serv. Urbano Porto	20.060	19.665	395	2,0%
Serv. Longo Curso	5.508	5.245	263	5,0%
Serv. Regional	10.591	10.497	94	0,9%
TOTAL	112.024	109.785	2.239	2,0%

Passageiros-Quilómetro (*10 ³)	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Serv. Urbano Lisboa	1.158.740	1.136.462	22.278	2,0%
Serv. Urbano Porto	599.745	587.206	12.538	2,1%
Serv. Longo Curso	1.412.093	1.348.668	63.425	4,7%
Serv. Regional	454.325	446.476	7.849	1,8%
TOTAL	3.624.903	3.518.813	106.090	3,0%

Nota: Face ao Relatório & Contas de 2014 reclassificaram-se os valores do serviço Porto-Vigo do serviço Regional para o Longo Curso, dado que se trata de um serviço internacional.

● Proveitos

Os proveitos de tráfego ultrapassaram os 220 milhões de euros, representando um acréscimo superior a 6 milhões de euros face ao ano anterior (+2,9%).

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura sendo influenciados pelo maior peso relativo dos títulos ocasionais e do Serviço de Longo Curso.

Proveitos Tráfego (*10 ³)	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Serv. Urbano Lisboa	75.058	73.283	1.775	2,4%
Serv. Urbano Porto	24.704	24.363	341	1,4%
Serv. Longo Curso	92.725	88.921	3.804	4,3%
Serv. Regional	28.072	27.762	310	1,1%
TOTAL (*)	220.558	214.329	6.229	2,9%

(*) Em 2014 não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

Nota: Face ao Relatório & Contas de 2014 reclassificaram-se os valores do serviço Porto-Vigo do serviço Regional para o Longo Curso, dado que se trata de um serviço internacional.

Investimentos

A CP realizou em 2015 um total de 8 milhões de euros em investimentos, 79% dos quais destinados a material circulante e 15% a instalações fixas.

Investimentos 2015	Valores (mil euros)
Material Circulante	6.397
Instalações Fixas	1.189
Equipamentos Comerciais	107
Informatização	182
Outros Investimentos	215
TOTAL	8.091

Considerando as restrições financeiras, as decisões de investimento foram, tal como nos últimos anos, avaliadas na perspectiva de assegurar as intervenções indispensáveis para garantir a segurança e operacionalidade do material e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projectos que já estivessem em curso.

Principais Projetos

No material circulante, o investimento mais relevante continua a ser em “Grandes Reparações R2+R3”, com um valor de 5,6 milhões de euros. Este projecto reúne as intervenções de manutenção programada de material circulante com o objectivo de repor o nível de operacionalidade e segurança do mesmo.

Durante o mês de Novembro, foi assinado o contrato referente à Intervenção de Meia Vida dos CPA, com pagamento de um adiantamento de 20% no valor de 3,5 milhões de euros (no início do ano havia ocorrido a devolução do adiantamento realizado em 2014 em igual montante).

Dos restantes investimentos respeitantes a material circulante destacam-se o de aquisição de peças de parque (458 milhares de euros) e a instalação de WiFi em material do Serviço de Longo Curso (175 milhares de euros).

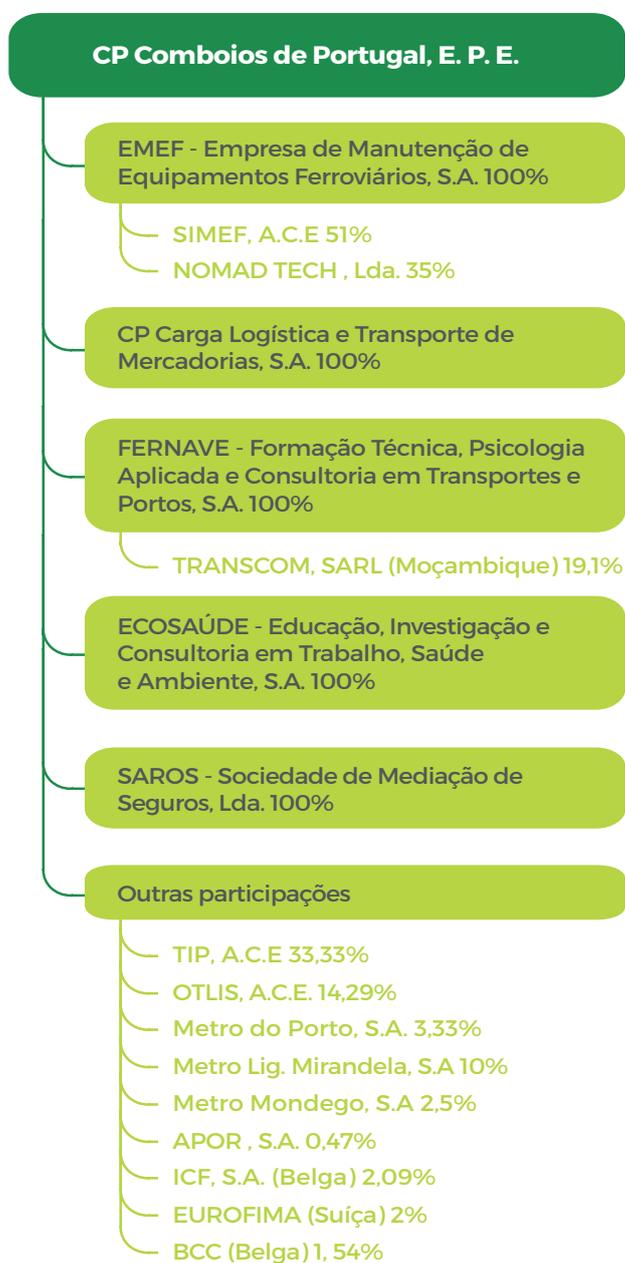
Salientam-se ainda as intervenções em parques de material no valor de 569 milhares de euros e em vários edifícios e instalações fixas no valor de 511 milhares de euros.



Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector e detém participações minoritárias casuísticas.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31-12-2015:



Durante o ano de 2015 não se registaram alterações às participações da CP. No entanto, em 21 de Setembro de 2015 foi assinado o acordo de venda direta de referência da CP Carga à MSC Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) - Operadores Ferroviários, S.A., tendo-se concretizado a assinatura final no dia 20 de janeiro de 2016.

● EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.,

A EMEF, constituída em 1992, tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária.

O incremento dos serviços prestados na ordem dos 6,5%, conduziu a EMEF no ano 2015 a um desempenho muito positivo, tendo a empresa alcançado um resultado operacional na ordem dos 2,2 milhões de euros e um resultado líquido de aproximadamente 1,4 milhões de euros. O crescimento da atividade face a 2015 é justificado maioritariamente pelo aumento de 59% do negócio de reparação e manutenção de material circulante para a CP Carga (+4,4 milhões de euros).

EMEF Valores em milhares de €	2015	2014	2013	2015-2014	2015/2014
Volume Negócios	58.562	54.994	50.936	3.569	6,5%
Resultado Operacional	2.209	2.244	-1.687	-35	-1,6%
Resultado Líquido	1.378	909	-3.390	469	51,5%

—● Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde nas empresas do grupo e no mercado.

No ano de 2015 a Ecosaúde registou melhoria considerável dos seus indicadores de situação económica, tendo registado um aumento do Volume de Prestação de Serviços de +2%, um EBITDA 106 milhares de Euros, um Resultado Operacional de 28 milhares de Euros e um Resultado líquido de 4 milhares de Euros (-126 milhares de Euros no ano anterior).

Esta nova circunstância da empresa foi precedida de um longo processo de reestruturação empresarial,

iniciado em 2009, onde a empresa racionalizou profundamente a sua estrutura de gastos operacionais, tendo reduzido os efetivos para menos de metade e otimizado a eficácia operacional dos outros gastos operacionais. Em paralelo a este processo de reestruturação também foram renovadas as instalações dos dois principais polos regionais: Lisboa e Porto.

Em termos financeiros a estrutura de financiamento continua a ser muito desequilibrada. O Capital Próprio é negativo em 96 milhares de Euros e a dívida remunerada no valor de 483 milhares de Euros. No entanto, durante o ano de 2015, à semelhança do que já se tinha verificado no ano de 2014, a empresa foi autónoma, autossuficiente e não necessitou de apoio de terceiros.

Ecosaúde Valores em milhares de €	2015	2014	2013	2015-2014	2015/2014
Volume Negócios	2.123	2.082	2.058	42	2%
Resultado Operacional	28	-91	-66	119	131%
Resultado Líquido	4	-126	-119	130	103%

—● SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

O Resultado líquido apurado em 2015 ascendeu a 414,2 milhares de euros, valor que se revelou superior em 53,5% face ao ano de 2014. Importa referir o contributo

positivo verificado a nível das rubricas “Vendas/Serviços prestados” (variação positiva de 33,7% face ao ano anterior) e “Outros Rendimentos e Ganhos” (a qual inclui regularização de acertos de comissões de mediação de anos anteriores, no montante de 40,2 milhares de euros), apesar do ligeiro acréscimo verificado a nível dos “Fornecimentos e Serviços Externos”, “Gastos com pessoal” e “Outros Gastos e Perdas”.

Em 2015, a margem líquida foi de 92,2%, o que evidencia uma estrutura de custos otimizada.

Saros Valores em milhares de €	2015	2014	2015-2014	2015/2014
Volume Negócios	449	336	113	33,7%
Resultado Operacional	420	273	147	53,9%
Resultado Líquido	414	270	144	53,5%

—● FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.

A FERNAVE é uma empresa estratégica para a CP nos domínios da formação profissional, psicologia e recrutamento. Tem desenvolvido a sua atividade, quer no sector ferroviário quer no rodoviário, no País e em África, nos países de expressão portuguesa.

Em 2015, o EBITDA melhorou ligeiramente situando-se nos -306.513 €. Este indicador foi penalizado pela desvalorização da participação na participada Transcom via desvalorização do Metical face ao Euro.

Embora a Fernave não tenha alcançado o equilíbrio operacional este também registou uma melhoria na ordem dos 21 %. Esta melhoria deveu-se ao efeito da alienação dos edifícios da Rua Castilho e do Porto e à diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos (cerca de 23 %). O resultado líquido registou uma melhoria em cerca de 28 %.

Considerando que esta empresa se encontra ao abrigo do artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais, foi proposta às Tutelas Setorial e Financeira a abertura de capital a interessados, continuando no entanto a sua maioria na esfera pública. Aguarda-se autorização.

FERNAVE Valores em milhares €	2015	2014	2013	2015-2014	2015/2014
Volume Negócios	865	1.098	1.469	-234	-21,3%
Resultado Operacional	-395	-500	-558	105	21,0%
Resultado Líquido	-484	-675	-782	191	28,3%



5

SP

SUDRE-TOURS

UNIDADE DE SUBURBANOS DA GRANDE LISBOA

Os Principais Marcos

A atividade da CP durante o ano norteou-se pela proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2015 (PAO 2015) aprovado pelas Tutelas Sectorial e Financeira e que consubstancia as seguintes orientações estratégicas:

- Criação / manutenção da paz social e valorização dos trabalhadores;
- Aprofundamento do diálogo com o gestor da infraestrutura;
- Definição do parque e valorização do material circulante;
- Combate à quebra da procura, através de:
 - Definição de uma política de preços potenciadora da procura e dos rendimentos;
 - Criação / utilização de plataformas digitais enquanto elementos centrais da estratégia de estar mais próximo dos clientes;
- Combate à fraude;
- Adequação da oferta à procura;
- Redução de gastos;
- Rentabilização de ativos não core;

Viabilização das empresas participadas.

—● Atividade Desenvolvida

—● Oferta / Operação

Horário

Linha de Cascais



Ajustamento do horário da Linha de Cascais, tendo por base as efetivas necessidades de serviço dos clientes e o material disponível para a operação.

Serviço Urbano do Porto

Reforço nas horas de ponta dos lugares oferecidos no serviço Urbano do Porto, de modo a melhorar níveis de conforto.

Intercidades de Braga



Incremento de duas novas ligações Intercidades a Braga (uma por sentido), por extensão de duas ligações já existentes Lisboa-Porto.

Linhas de Sintra/Cintura, Sul e Algarve

Novo horário para as Linhas de Sintra/Cintura, Sul e Algarve, que potencia o efeito de rede promovendo o enlace / integração da oferta dos vários serviços.

Linha do Leste

Realização, desde 25 de setembro, por um período experimental de seis meses, de 4 comboios de serviço Regional, 2 em cada sentido, às sextas-feiras e domingos, entre Portalegre e Entroncamento, na Linha do Leste.

Campanha “Comboio Histórico 2015”

Em virtude do alargamento do período da campanha e da realização de viagens também aos domingos, verificou-se um aumento de 62% das circulações. A procura cresceu 82% face ao ano anterior, tendo a ocupação média aumentado de 73,7% em 2014 para 81,4% em 2015. Viajaram cerca de 6.200 clientes.

Instalação de Wi-Fi



Conclusão da instalação de Wi-Fi e de tomadas para carregamento de equipamentos eletrónicos nos ICs da Linha do Norte. Concluído o projeto piloto para os ICs das Linhas da Beira Alta, Alentejo e Sul.

Transporte de Bicicletas

Instalação de Suportes para Transporte de Bicicletas no Serviço Intercidades Braga/Guimarães.

—● Tarifário

Atualização Tarifária

Face à decisão do Governo de manutenção dos preços de 2014 nos serviços tutelados, a CP decidiu também manter os preços nos restantes serviços.

Park & Ride



Lançamento de um novo título combinado de Assinatura CP+estacionamento, designado por “Park & Ride”, o qual está disponível por mais 12€ relativamente ao passe mensal. A primeira fase inclui os parques de estacionamento das estações de Portela de Sintra, Mira Sintra-Meleças, Monte Abraão, e Queluz-Belas.

Bilhete Turístico

Implementado o bilhete turístico CP na linha do Algarve e nos serviços Urbanos do Porto.

—● Bilhética / Distribuição

Projeto Cartão CP

Lançamento de um cartão sem contacto para utilização em toda a rede da CP, compatível com os sistemas sem contacto de Lisboa (integrado na OTLIS) e Porto (integrado no TIP). Dotado de tecnologia sem contacto, permite o carregamento de várias assinaturas num só cartão, combinando diversos percursos e serviços de acordo com as necessidades do Cliente. Na primeira fase o Cartão CP permite o carregamento de Flexipasse e Assinaturas Mensais CP dos serviços Regional, InterRegional, Urbanos de Lisboa e Urbanos de Coimbra.

Bilhetes+transporte de bicicleta



Venda de novos títulos de transporte para o Serviço Intercidades nos quais são incluídos bilhetes com reserva de lugar e transporte de bicicleta.

Validação Obrigatória para Títulos Mensais

Realizaram-se ações de sensibilização aos colaboradores da Revisão e de sensibilização e informação aos Clientes para a obrigatoriedade de validação dos títulos mensais nos Serviços Urbanos de Lisboa. Procedeu-se ainda à adaptação dos sistemas e realocização dos validadores de bilhetes.

Bilhetes para Comboios Regionais como complemento AP ou IC no NetTicket



Venda no *site* da CP de Bilhetes para Comboios Regionais como complemento de viagem Alfa ou IC, tendo como objetivo potenciar o efeito de rede.

Simplificação dos Processos de Venda

Desmaterialização, baseada na tecnologia sem contacto, do bilhete de grupo no Serviço Urbano de Lisboa, passando a ter como suporte o Cartão Viva Viagem.

—● Inovação

Viagem Virtual - imagens Google Train View



Disponibilização online, através das aplicações Google Maps e Google Earth, das filmagens realizadas nas linhas do Douro, Norte, Oeste, Sintra e Cascais, resultado da parceria formada pela CP, a IP e a Google.

Pagamento por PayPal na bilheteira On line

A Bilheteira Online CP que, anteriormente, permitia apenas métodos de pagamento a crédito - através do sistema UNICRE - passou a permitir a possibilidade de compra de bilhetes através do sistema de pagamento PayPal, líder mundial em vendas eletrónicas.

E-requisição



Alargamento da utilização da “e-requisição” a todos os serviços da CP com exceção do serviço Urbano do Porto, que aguarda adaptação ao sistema de bilhética integrado no TIP.

—● Processos Internos

Combate à fraude

Ação continuada, que passa pela realização periódica de brigadas de fiscalização nos comboios e nos controlos de acessos nas estações. Procedeu-se igualmente à instalação de câmaras de vídeo nas estações de Cascais e Oeiras associadas ao sistema de controlo de acessos.

Simplificação da Regulamentação Comercial

Sistematizadas, num único documento, as diversas matérias sobre regulamentação comercial, potenciam um aumento da eficiência do processo de venda.

Sistema de Gestão de Segurança

Finalizadas as ações de comunicação interna com o objetivo de promover o envolvimento de todos os colaboradores da empresa na segurança da circulação.

Adaptação de Sistemas para Integração no Perímetro

Conclusão do projeto de adaptação de processos e sistemas, na sequência da integração da CP na lista de entidades do setor institucional das Administrações Públicas como Empresa Pública Reclassificada, no âmbito da reformulação da base das Contas Nacionais Portuguesas e consequente integração no Perímetro de Consolidação do Orçamento de Estado.

—● **Comunicação**

Revista “Destinos Magazine”



Lançada a “Destinos Magazine” – a revista de bordo do comboio Alfa Pendular.

Embaixador à Janela CP

Foram selecionados “embaixadores” regionais da CP para a produção de conteúdos e a prescrição do comboio. Procura-se assim angariar conteúdos turístico-culturais, em multi-formato (fotos, vídeos e texto), que possam não só motivar a participação e partilha da comunidade na página do Facebook “CP – Comboios de Portugal”, como promover a utilização do comboio na experimentação das sugestões.

CP no Instagram



A CP está presente na rede social com maior crescimento em Portugal, Instagram, através da conta cp_comboiosdeportugal. Trata-se de mais um canal para a Empresa comunicar e relacionar-se com os atuais e potenciais clientes.

Nova página Facebook CP – Comboios de Portugal

Na sequência da estratégia para a presença da Marca CP em Canais Digitais, alterou-se a página de Facebook “Lugar à Janela” para “CP – Comboios de Portugal”. A nova página foi implementada com o objetivo de dar mais espaço e voz à Marca e, conseqüentemente, maior notoriedade ao nível das redes sociais.

—● Gestão do Património

Intervenções em Parques de Material Circulante



Beneficiação de equipamentos e melhoria da infraestrutura nos parques de material do Entroncamento e Contumil com o objetivo de reforçar a segurança da circulação.

Intervenções em Salas de Apoio Estratégicas

Intervenção de conservação e modernização de instalações e equipamentos nas salas de apoio de Coimbra A, Caldas da Rainha, Faro e Porto Campanhã, assim como em quatro dormitórios com o objetivo de melhorar as condições de trabalho.

Rentabilização do Património

- Arrendamento do antigo infantário do Barreiro e venda do antigo infantário da Parede;
- Venda de pavilhão industrial em Vila Nova de Famalicão;
- Venda de três lotes de veículos inativos e peças para sucata;
- Venda de 5 automotoras *diesel* da série 9500;
- Venda de três furgões;
- Venda de um locotrator;
- Venda de uma locomotiva a vapor da Linha do Tua.

—● Intervenção Social

Train to Paris

A CP e a IP organizaram uma viagem a bordo do “Comboio para Paris”, que integrou a iniciativa “*Train to Paris*” da UIC - União Internacional dos Caminhos de Ferro. Esta iniciativa inseriu-se no âmbito da Conferência Mundial do Clima (COP21) que decorreu em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro. Este evento ficou marcado pela assinatura simbólica de um compromisso de atuação em defesa da sustentabilidade ambiental, o *Railway Climate Responsibility Pledge*.

Ensaio de rampas no material circulante

Ensaio realizado em parceria com representantes das Associações signatárias do Conselho Consultivo para as Pessoas com Necessidades Especiais (CCPNE), tendo em vista melhorar o acesso de cadeiras de rodas aos diversos tipos de material.

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência



Oferta de viagens neste dia a portadores de deficiência e respetivo acompanhante.

Vacinação Contra a Gripe

Disponibilização de vacinas a todos os colaboradores que a desejem.

—● Prémios Recebidos

—● Marcas Confiança no Ambiente

A CP ficou em terceiro lugar na lista das empresas de serviço público apontadas como Marca de Confiança no Ambiente, elaborada pela “Selecções do Readers Digest”.

—● Prémios Eficácia na Comunicação

A CP recebeu o galardão de Ouro dos Prémios Eficácia na Comunicação 2015 pela eficácia da campanha “Há comboios para tudo. Há comboios para todos.”. Foi o mais alto prémio na categoria “Outros Serviços e Administração Pública”. Esta campanha foi concebida para divulgar todos os descontos que fazem parte do portefólio comercial do serviço de Longo Curso.

—● Prémio Marketing, promovido pela publicação Meios & Publicidade

Os Prémios Marketing, promovidos pela publicação Meios & Publicidade, distinguem as melhores estratégias de marketing, as campanhas, ações e decisões que podem fazer a diferença para marcas e empresas, contribuindo, assim, para a sua notoriedade e crescimento. A CP ganhou o galardão bronze, na categoria Automóvel e Transportes, dos prémios de Marketing 2015 com a campanha “Há comboios para tudo. Há comboios para todos”.



Cumprimento das Obrigações Legais

Resumo

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento	Quantificação	Justificação
	S/N/NA		
Objectivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			
Melhorar EBITDA	N	EBITDA positivo em 3,8 milhões de euros. -13,7% face ao previsto	Desvíos justificados essencialmente pela diferença entre os cortes remuneratórios aplicados durante o ano e o pressuposto assumido, conforme instruções da DCO.
Diminuir peso dos Gastos no Volume de Negócios	N	110,2% em 2015, +1,2 p.p. que o previsto	
Gestão do Risco Financeiro			
	S	2,63%	Custo médio de financiamento (*)
Límites de Crescimento do Endividamento			
	S	+1,7%	Endividamento Ajustado. A dívida remunerada registou um decréscimo de 14,6%.
Evolução do PMP a fornecedores			
	S	- 261 dias	Varição entre 2014 e 2015
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			
	S		Não existem pagamentos em atraso por motivos imputáveis à empresa.
Recomendações do acionista na aprovação de contas			
	N		As contas de 2014 aguardam aprovação pela Tutela.
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei 83-C/2013	S	Não aplicável (*)	
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	€22.523 (*)	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013	S	Não aplicável (*)	
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	€1.264.227 (*)	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	S	Não aplicável (*)	
Artigo 32º do ECP			
Utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existem	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	NA	Não aplicável (*)	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	Não aplicável (*)	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	18	
Auditorias do Tribunal de Contas			
	NA		Não ocorreram auditorias do Tribunal de contas durante o ano 2015.
Parque Automóvel			
Nº viaturas	S	-2 (*)	
Gastos com viaturas	S	-17.978,00 € (*)	
Gastos Operacionais da Eps (Artº 61º da Lei nº83-C/2013)			
CMVMC	S	-48% face a 2010 (*)	
FSE	S	-1% face a 2010 (*)	
Pessoal (com rescisões e sem variáveis)	S	-19% face a 2010 (*)	
Redução de Trabalhadores (Artº 60º da Lei nº83-C/2013)			
Nº de trabalhadores	S	-542 ou -17% face a 2010	Efetivo médio a cargo (*)
Nº de cargos dirigentes	S	-30 ou -65% face a 2010	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artº 123º da Lei nº83-C/2013)			
Disponibilidades Centralizadas no ICSP	S	75,00%	Valor depósitos à ordem no ICSP / Valor total de depósitos à ordem (*)
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	NA	0	Uma vez que a CP cumpriu o princípio da Unidade de Tesouraria não existem juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado.

(*) Explicado em ponto autónomo deste relatório.

—● Objetivos de Gestão

A atividade da CP durante o ano norteou-se pela proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2015 (PAO 2015), aprovado pelas Tutelas Sectorial e Financeira. O foco estratégico continuou a ser a promoção da eficiência e da sustentabilidade da empresa.

No âmbito da reformulação da base das Contas Nacionais Portuguesas, de acordo com os princípios estabelecidos pelo novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), a CP passou a constar da lista das entidades que integram o sector institucional das Administrações Públicas, como Empresa Pública Reclassificada (EPR), integrando assim o perímetro de consolidação do Orçamento de Estado a partir de 2015.

A CP prosseguiu em 2015 a tendência de crescimento continuado iniciada em setembro de 2013 e traduzida nos principais indicadores da Empresa.

Em 2015 foram transportados pela CP 112 milhões de passageiros, correspondendo a um acréscimo de 2,1% relativamente ao valor previsto. Os proveitos de tráfego acompanharam a evolução da procura situando-se cerca de 2% acima do previsto, atingindo um valor de 220,6 milhões de euros.

O crescimento da procura acima das metas estabelecidas foi comum a todos os serviços, com especial destaque para o serviço de Longo Curso que transportou mais cerca de 0,5 milhões de passageiros (+10,1%) e obteve mais 4,9 milhões de euros (+5,6%) de proveitos de tráfego que o previsto.

O EBITDA recorrente foi positivo em 3,8 milhões de euros, situando-se próximo do previsto (4,4 milhões de euros).

Os rendimentos operacionais ultrapassaram a meta inicialmente estabelecida em 4,7 milhões de euros (1,7%), com o crescimento dos réditos e alguns rendimentos de natureza extraordinária a compensarem a redução do valor de aluguer de material circulante decorrente da transferência de locomotivas para a CP Carga.

Ao nível dos gastos, destaca-se o acréscimo dos gastos com pessoal (sem indemnizações por rescisão) em 10,7 milhões de euros. Este desvio é explicado essencialmente pela diferença entre os cortes remuneratórios aplicados durante o ano (reversão de 20% sobre os cortes do OE 2013) e o pressuposto assumido, conforme instrução da DGO, para a elaboração do PAO 2015 (reversão de 20% sobre os cortes do OE 2014). Acresce o impacto nas remunerações do ano do acordo com as ORT sobre os variáveis, o aumento do trabalho extraordinário e a impossibilidade de concretizar a totalidade das saídas previstas.

O desvio positivo registado ao nível dos gastos com energia para tração e a contenção de custos generalizada permitiram compensar parcialmente o acréscimo de gastos com pessoal, contribuindo para que os gastos operacionais se situassem apenas cerca de 5,3 milhões de euros acima do previsto (2%).

A CP encerrou o exercício de 2015 com um Resultado Líquido de -278,4 milhões de euros, o que representa um agravamento face ao previsto de 73,4 milhões de euros (-205,0 milhões de euros).

Para este desvio, contribuíram fundamentalmente a venda da CP Carga, com um impacto líquido nas contas da empresa em 2015 de -85,3 milhões de euros, e as responsabilidades decorrentes do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos

Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, no valor de 27,2 milhões de euros.

Estas situações foram compensadas parcialmente pelos desvios positivos do Resultado Financeiro, em 23,7 milhões de euros, em virtude das taxas de juro praticadas terem sido inferiores às previstas e das depreciações, em 5 milhões de euros, na sequência da transferência de locomotivas para a CP Carga e dos abates registados.

—● Gestão do Risco Financeiro

O Despacho n.º 101/09-SETF, de 30.01 define um conjunto de instruções visando a mitigação dos efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação financeira das empresas e especifica a obrigação do reporte de informação nesse âmbito. No quadro seguinte sintetiza-se a situação da CP em 2015 no que respeita a estas matérias.

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	NA	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	Decorrente da integração da CP no perímetro do Orçamento de Estado, a CP deixou de poder recorrer à banca comercial para obtenção de financiamento, ficando dependente do apoio direto do Estado.
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	Não existiu contratação de instrumentos de gestão de cobertura de risco
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Em final de 2014 foi convertida a dívida de curto prazo em médio e longo prazo através de empréstimo celebrado com o Estado. Desde essa data o peso da dívida de médio e longo prazo é predominante, alcançando cerca de 91% do total da dívida remunerada.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	Não foram contratados novos empréstimos em 2015. Os empréstimos existentes foram contratados em anos anteriores com base no custo total.
Minimização da prestação de garantias reais	X			Diminuição da dívida garantida pelo Estado
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	Não foram contratados novos empréstimos em 2015. Os empréstimos existentes foram contratados em anos anteriores sempre com a preocupação de minimizar as cláusulas restritivas.
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			A CP manteve em 2015 o volume de investimento no mínimo indispensável para garantir a segurança e operacionalidade do material circulante e das instalações fixas. O Estado atribuiu dotações de capital à CP para financiamento de despesas de investimento.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Reflexão nas DF 2015 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
	X			

Legenda:

FC - Fundos comunitários CP - Capital próprio S - Sim N - Não NA - Não Aplicável

O Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro no seu art.º 72º (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro), estabelece que é transferida para o IGCP, E.P.E., a gestão das carteiras de derivados financeiros das empresas públicas reclassificadas e integradas no sector das administrações públicas, nos termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, passando essa gestão a constituir competência exclusiva do IGCP, E.P.E.

Nesse sentido foi celebrado com o IGCP, em dezembro de 2014, um contrato mandato com o objetivo de autorizar o IGCP a gerir a carteira de derivados da CP.

No capítulo “Financiamento” do presente relatório é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2015.

—● Prazo Médio de Pagamento

No decurso do ano de 2015 a CP contou com o apoio do Estado, através da atribuição de dotações de capital, para financiar o serviço da dívida histórica e os investimentos. As dotações recebidas e os fundos gerados pela sua atividade operacional permitiram à CP assegurar atempadamente o cumprimento das suas responsabilidades financeiras junto dos seus fornecedores e credores.

A 31 de dezembro de 2015 a CP não apresentava dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Dívidas Vencidas (valores em euros)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	1.825.752				
Aquisição de Capital					
Saldo em Dívida a Fornecedores (Total)	1.825.752				
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA	-165.426				
Outros	1.991.178				

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do PMP trimestral ao longo do ano 2015 comparativamente com 2014:

Ano	Trimestre	Prazo Pagamento (dias)	Prazo Pagamento Sem Ex-REFER (dias) (*)
2014	1º	267	65
	2º	309	68
	3º	345	71
	4º	266	60
2015	1º	204	54
	2º	131	48
	3º	47	40
	4º	47	34
Δ(%) 4º trimestre 2015/2014		-82%	-43%

(*) Excluindo a dívida à ex-REFER (atualmente parte da IP) relativa a serviços do Diretório de Rede. De referir que este PMP inclui, ainda assim, outras dívidas à IP relativas a serviços extra-Diretório que não são facilmente exaurados do indicador.

O PMP apresentou uma redução significativa em 2015, em resultado do pagamento da dívida histórica para com a ex-REFER no final do ano 2014 e do cumprimento atempado das obrigações da empresa para com os seus fornecedores e credores durante o ano 2015.

—● **Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2014**

As Contas de 2014 aguardam aprovação pela Tutela.

—● **Remunerações**

Medidas de Redução Salarial

Durante o ano de 2015 foram aplicadas as normas relativas às reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, bem como na Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.

Manteve-se, aos membros do Conselho de Administração, a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida (cfr. n.º 1 do artigo 12.º e n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho), assim como a limitação imposta às respetivas remunerações que, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não podem ultrapassar o valor que já era pago (cfr. DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e art 256.º da lei n.º 82-B/2014) e a não atribuição de prémios de gestão (cfr. artigo 41.º da lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro).

No ano de 2015 manteve-se também o reconhecimento da inaplicabilidade do regime previsto para os trabalhadores em funções públicas, em relação às deslocações e às ajudas de custo do pessoal itinerante, continuando nestas matérias a serem aplicadas as regras dos AEs.

O pagamento do trabalho extraordinário foi feito de acordo com as regras previstas no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por força do art.º 18.º do DL 133/2003, de 3 de Outubro. Durante o ano de 2015 foi prorrogada a vigência dos acordos feitos em 2013, com os sindicatos, relativos apenas ao pagamento do trabalho prestado em dia de descanso não compensado e em dia feriado igualmente não compensado. Estes acordos foram oportunamente transmitidos às tutelas.

Em relação aos trabalhadores que laboram 35 horas foi aplicado o regime previsto no artigo 45º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro.

A remuneração fixa mensal líquida dos membros dos órgãos de fiscalização e do ROC foi reduzida em 8% tendo em conta a sua remuneração total (CP + remunerações de outras entidades).

A prestação de serviços do auditor externo foi alvo em Julho de 2014 de um concurso internacional que possibilitou uma redução dos encargos suportados com os serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas das empresas do grupo. Este contrato vigora para os exercícios dos três anos subsequentes.

As reduções, no que respeita aos Órgãos Sociais e restantes trabalhadores, podem resumir-se no quadro seguinte:

Designação Unid: €	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gastos com pessoal (€) (*)	122.251.079	108.072.860	83.530.337	98.036.837	103.342.128	126.003.012
Gastos com Órgãos Sociais (€)	509.746	468.233	418.369	442.818	499.442	437.966
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	66.716	76.758	67.952	61.685	22.523
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0	0	0	0
Gastos com Efetivos sem O.S. (€) (*)	112.444.766	92.080.738	80.006.790	92.423.563	100.421.229	123.142.507
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	2.589.338	2.119.059	2.501.077	2.927.123	1.264.227
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0	0	0	0
Rescisões / Indemnizações (€)	9.296.567	15.523.889	3.105.178	5.170.456	2.421.457	2.422.539

(*) Em 2015 inclui responsabilidades decorrentes do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, no valor de 31,4 milhões de euros.

Remunerações dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora (O/D)
21-02-2013 a 31-12-2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	RCM n.º6-A/2013 (DRE II série, n.º 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação n.º 285/2013 (DRE II série, n.º 45) de 05-03-2013		N.A.	N.A.
17-06-2010 a 21-02-2013	Vice-Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	RCM n.º23/2010 (DRE II série, n.º 126) de 01-07-2010 com Declaração de Retificação n.º 1511/2010 (DRE II série, n.º 146) de 29-07-2010		N.A.	N.A.
21-02-2013 a 22-7-2015			RCM n.º6-A/2013 (DRE II série, n.º 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação n.º 285/2013 (DRE II série, n.º 45) de 05-03-2013			
21-02-2013 a 23-4-2015	Vogal Executiva	Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	RCM n.º6-A/2013 (DRE II série, n.º 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação n.º 285/2013 (DRE II série, n.º 45) de 05-03-2013		N.A.	N.A.
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal Executiva	Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	RCM n.º6-A/2013 (DRE II série, n.º 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação n.º 285/2013 (DRE II série, n.º 45) de 05-03-2013		N.A.	N.A.
24-4-2015 a 31-12-2015	Vogal Executivo	Nuno Serra Sanches Osório	RCM n.º29/2015 (DRE II série, n.º 87) de 6-5-2015		N.A.	N.A.

Legenda:

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem

O/D - Origem/destino

Nome	Acumulação de Funções no período 1/1/2015 a 23/4/2015		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP Carga	Presidente do C.A.	Pública
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	EMEF	Presidente do C.A.	Pública
	TIP	Presidente do C.A.	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A.	Pública
	OTLIS	Administrador	Pública
	Nomad Tech	Gerente	Privada
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	EMEF	Administrador	Pública
	ECOSAÚDE	Administrador Único	Pública
	SAROS	Gerente	Pública
	FMNF	Administrador C.A.	Pública
	FMNF	Vogal C.C.	Pública
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	CP CARGA	Administrador	Pública
	FERNAVE	Administrador Único	Pública

Nome	Acumulação de Funções no período de de 24/4/2015 a 22/7/2015		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP Carga	Presidente CA	Pública
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	EMEF	Presidente C.A.	Pública
	TIP	Presidente C.A.	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A.	Pública
	OTLIS	Administrador	Pública
	Nomad Tech	Gerente	Privada
Nuno Serra Sanches Osório	EMEF	Administrador	Pública
	ECOSAÚDE	Administrador único	Pública
	FMNF	Administrador C.A.	Pública
	FMNF	Vogal C.C.	Pública
	SAROS	Gerente	Pública
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	CP CARGA	Administrador	Pública
	FERNAVE	Administrador Único	Pública

Nome	Acumulação de Funções no período de 23/7/2015 a 31/12/2015		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	EMEF	Presidente C.A.	Pública
	TIP	Presidente C.A.	Pública
	Nomad Tech	Gerente	Privada
Nuno Serra Sanches Osório	CP Carga	Administrador	Pública
	EMEF	Administrador	Pública
	FMNF	Administrador C.A.	Pública
	FMNF	Vogal C.C.	Pública
	ECOSAÚDE	Administrador Único	Pública
	SAROS	Gerente	Pública
	OTLIS	Administrador	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A.	Pública
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	CP CARGA	Presidente C.A.	Pública
	FERNAVE	Administrador Único	Pública

Legenda:

CP CARGA: - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

EMEF:- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

ECOSAÚDE: Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A.

FERNAVE: Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A.

SAROS: Sociedade de Mediação de Seguros, Ld.^ª

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

FMNF:-Fundação do Museu Nacional Ferroviário Ginestal Machado

TIP:-Transportes Intermodais do Porto, ACE

OTLIS:-Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE

C.A.- Conselho de Administração

C.C.- Conselho Consultivo

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto(€)	
	S/N	A,B,C	Remuneração Base	Despesas de Representação
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	A	€5.722,75	€2.289,10
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	A	€5.150,48	€2.060,19
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	S	A	€4.578,20	€1.831,28
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	S	A	€4.578,20	€1.831,28
Nuno Serra Sanches Osório	S	A	€4.578,20	€1.831,28

Legenda:

EGP - Estatuto do Gestor Público

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Indemnização cessação	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução Anos Anteriores *	Bruta Após Reduções
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	€0,00	107.587,70	€0,00	5.379,54	14.416,85	€0,00	87.791,31
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	€0,00	56.706,77	€0,00	2.835,87	5.889,46	€0,00	47.981,44
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	€0,00	25.686,76	12.957,23	1.284,34	1.912,24	€0,00	35.447,41
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	€0,00	86.070,16	€0,00	4.303,51	6.541,50	€0,00	75.225,15
Nuno Serra Sanches Osório	€0,00	60.820,43	€0,00	3.038,10	4.544,20	€0,00	53.238,13

Notas: "Redução Anos Anteriores" refere-se a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Remuneração+despesas de representação

Nome	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa *	Indemnização cessação	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	€0,00	€107.587,70	€0,00	€107.587,70	€19.796,39	€87.791,31
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	€0,00	€56.706,77	€0,00	€56.706,77	€8.725,33	€47.981,44
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	€0,00	€25.686,76	€12.957,23	€38.643,99	€3.196,58	€35.447,41
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	€0,00	€86.070,16	€0,00	€86.070,16	€10.845,01	€75.225,15
Nuno Serra Sanches Osório	€0,00	€60.820,43	€0,00	€60.820,43	€7.582,30	€53.238,13

Nota: * Remuneração+despesas de representação (sem reduções)

Nome	Benefícios Sociais							
	Subsídio Refeição (€)		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde (€)	Seguro de Vida (€)	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificação	Valor (€)			Identificação	Valor (€)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	6,86 €	1.433,74 €	Segurança Social	20.979,00 €	268,34 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,10 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	6,86 €	823,20 €	Segurança Social	12.401,91 €	152,37 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	4,73 €
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	6,86 €	521,36 €	CGA	5.388,15 €	87,06 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	3,37 €
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	6,86 €	1.721,86 €	Segurança Social	17.867,78 €	268,34 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,10 €
Nuno Serra Sanches Osório	6,86 €	1.179,92 €	Segurança Social	12.749,87 €	181,28 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	4,73 €

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual (1)	Obs
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	80,00 €	378,91 €	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	80,00 €	346,93 €	Valores registados até à saída da empresa (2)
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	80,00 €	47,66 €	Valores registados até à saída da empresa
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	80,00 €	42,35 €	
Nuno Serra Sanches Osório	80,00 €	106,16 €	

(1) - Os valores apresentados referem-se à faturação mensal e não ao seu pagamento

(2) - Os serviços continuam na titularidade da CP. Conforme DMS 565872, a partir de 23 de julho e até à fatura de dezembro, foram refaturados à AMT € 162,91

Nome	Encargos com viaturas									
	Viatura Atribuída S/N	Celebração de Contrato S/N	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Meses de Uso	Gasto Anual com Rendas (€)	Nº Prestações Contratuais Remanescentes a 31-12-2015
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	S	49.745,80	Renting	2010	2016	979,16	12	11.749,92	3
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	S	57.575,98	Renting	2008	2016	676,39	4	2.705,56	6
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	S	59.418,04	Renting	2008	2016	681,98	3	2.045,94	5
Maria Isabel de J. da S. Marques Vicente	S	S	59.418,04	Renting	2008	2016	681,98	4	2.727,92	5
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	S	S	57.575,98	Renting	2008	2016	708,14	12	8.497,68	6
Nuno Serra Sanches Osório	S	S	57.575,98	Renting	2008	2016	676,39	3	2.029,17	6
Nuno Serra Sanches Osório	S	S	59.418,04	Renting	2008	2016	681,98	5	3.409,90	5
Sem utilizador definido desde 03-08-2015			57.575,98	Renting	2008	2016	676,39	5	3.381,95	6

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou outra

Nome	Plafond mensal definido para Combustível	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró		3.376,84 €	1.500,55 €	0,00 €	0,00 €	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		1.003,90 €	204,50 €	308,51 €	305,59 €	uso de uma viatura nos meses 1 a 4 com passagem para outra nos meses 5 a 7
Maria Isabel de J. da S. Marques Vicente	1/4 despesas representação	500,30 €	51,35 €	0,00 €	174,37 €	uso de uma viatura nos meses 1 a 4
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes		1.347,11 €	24,75 €	0,00 €	524,27 €	
Nuno Serra Sanches Osório		1.523,04 €	305,80 €	0,00 €	349,93 €	uso de uma viatura nos meses 5 a 7 com passagem para outra nos meses 8 a 12
viatura sem utilizador definido		218,69 €	75,05 €	430,80 €	218,70 €	uma viatura nos meses 8 a 12

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		Gasto Total com Viagens (€)
				Identificar	Valor (€)	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	€1.919,47	€1.253,29	€750,55	Desp.Rep. (Refeições)	€2.193,29	€6.116,60
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	€53,81	€185,57	€125,10	Desp.Rep. (Refeições)	€993,21	€1.357,69
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	€0,00	€0,00	€0,00	Desp.Rep. (Refeições)	€0,00	€0,00
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	€0,00	€0,00	€0,00	Desp.Rep. (Refeições)	€250,81	€250,81
Nuno Serra Sanches Osório	€414,02	€180,01	€125,09	Desp.Rep. (Refeições)	€250,81	€969,93

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)
			Forma	Data	
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13.11.2013	1.602,37 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro			1.201,78 €
13-11-2013 a 31-07-2015	Vogal Efetivo	Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral			1.201,78 €
13-11-2013 a 30-11-2015	Vogal Suplente	Nelson Manuel Costa Santos			N.A.
01-12-2015 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Nelson Manuel Costa Santos			1.201,78 €

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
António José Farinha Simão	22.433,17 €	1.628,03 €	20.805,14 €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	16.824,94 €	1.153,68 €	15.671,26 €
Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral	8.572,71 €	541,59 €	8.031,12 €
Nelson Manuel Costa Santos	1.411,18 €	90,85 €	1.320,33 €

Revisor Oficial de Contas

Mandato Início-Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação Legal da Atual Nomeação	Nº de mandatos exercidos na sociedade	Contratada	Observações
		Nome	Número OROC	Número CMVM				
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC	Oliveira, Reis e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1.056	329	ROC	1	16-5-2014	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC Suplente	Oliveira, Reis e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, ROC suplente Dr. José Vieira dos Reis.	359	329	ROC Suplente	1	16-5-2014	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada (1)	Bruto Pago (2)
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC	Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	21.500,00 €	19.779,96 €

(1) Valor Bruto Anual Fixado

(2) Valor pago com redução remuneratória

Auditor Externo

Nome	NºRegisto na OROC	NºRegisto na CMVM	Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
			Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Reduções Remuneratórias	Valor Após Reduções
Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, SROC, LDA	197	9199	10-07-2014	3 anos	€ 11.750,00	(Ver nota)	N.A.

Nota: O valor da prestação de serviços contratados respeita a 3 exercícios e engloba os serviços de auditoria da CP (contas individuais e consolidadas) e das empresas do grupo CP. O total do contrato para o triénio foi de 84.750€. Os encargos respeitantes exclusivamente à CP para os 3 anos são de 35.250€.

—● Aplicação do Art.º 32º do Estatuto do Gestor Público

No âmbito da CP-Comboios de Portugal, E.P.E., em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

—● Contratação pública

Os procedimentos adotados pela empresa em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. A empresa neste momento tem contratualizado com a ACINGOV a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, dotando-se, assim, dos meios necessários para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos relacionados com aquisições de bens e serviços, recorre à realização de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades.

A CP em 2015 celebrou contratos com valor superior a 5 milhões de euros com a EMEF para manutenção de material circulante e com a RENFE para aluguer de automotoras.

—● Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado

Sistema Nacional de Compras Públicas

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

Desde 2012 que a CP tem recorrido aos acordos da ESPAP para as áreas de vigilância e segurança humana, renting de viaturas, contratação de agência de viagens, aquisição de consumíveis de impressão, economato e papel.

Parque de Veículos do Estado

A CP não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado, apesar da sua adesão voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e de ter feito as últimas contratações de veículos em *renting* através de tal sistema.

Tendo em consideração o disposto no Ofício Circular da Direção Geral do Tesouro e Finanças, n.º 4238 de 1 de julho de 2013 e no Despacho n.º 5410/2014 do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro de 17 de abril de 2014, foi dado cumprimento desde 2014 ao rácio

de dois veículos abatidos por cada nova aquisição, à redução de gama das viaturas e às rendas máximas definidas, o que se traduziu num parque automóvel mais reduzido e com menores gastos de utilização.

Em 2015 foram abatidas duas viaturas, não tendo sido efetuada nenhuma nova aquisição. Em conjunto com a prorrogação de contratos AOV em vigor, estima-se que estas medidas permitam uma poupança mensal de quase 300€.

● Medidas de Redução de Gastos Operacionais

PRC (valores em euros)	Meta 2015	2010 Exec.	2011 Exec.	2012 Exec.	2013 Exec.	2014 Exec.	2015 Exec.	Δ 2015/2014		Δ 2015/2010	
								Absoluta	%	Absoluta	%
EBITDA	4.383.525	13.358.199	39.441.453	35.405.712	21.952.591	14.769.653	3.783.041	-10.986.613	-74%	-9.575.158	-72%
(1) CMVMC	8.444.092	11.400.400	11.440.560	9.284.408	8.477.671	7.715.510	5.985.193	-1.730.316	-22%	-5.415.207	-48%
(2) FSE	168.248.512	165.726.647	163.269.005	165.580.922	166.757.128	169.938.629	164.077.905	-5.860.725	-3%	-1.648.742	-1%
Deslocações/Estadas	402.400	481.207	444.708	460.901	374.713	341.010	432.982	91.972	27%	-48.225	-10%
Ajudas de Custo											
Comunicações	820.274	1.382.359	1.236.341	954.755	788.014	759.112	603.897	-155.215	-20%	-778.462	-56%
(3) Gastos com Pessoal (a)	91.661.950	122.251.077	108.072.860	83.530.337	98.036.837	103.342.128	98.756.519	-4.585.608	-4%	-23.494.558	-19%
(3.1) dos quais indemnizações	6.020.000	9.296.567	15.523.889	3.105.178	5.170.456	2.421.457	2.422.539	1.082	0%	-6.874.028	-74%
(4) Total Gastos = (1)+(2)+(3)-(3.1)	262.334.554	290.081.557	267.258.537	255.290.489	268.101.180	278.574.810	266.397.078	-12.177.732	-4%	-23.684.479	-8%
(5) Volume de Negócios (c)/subs.à Expl.)	241.123.511	273.263.770	275.016.672	271.772.406	264.081.550	257.663.529	241.783.095	-15.880.434	-6%	-31.480.676	-12%
Peso dos Gastos no VN (%) (4)/(5)	109%	106%	97%	94%	102%	108%	110%	+2p.p.	-	+4p.p.	-
Número de RH	2.671	3.275	3.153	2.924	2.786	2.754	2.703	-51	-2%	-572	-17%
Órgãos Sociais (*)		6	6	6	5	7	6	-1	-14%	0	0%
Número Cargos de Direção (**)		46	39	36	28	19	16	-3	-16%	-30	-65%
Número Efetivos		3.223	3.108	2.882	2.754	2.728	2.681	-47	-2%	-542	-17%
Número Efetivos/Cargos de Direção		70,07	79,69	80,06	100,13	143,58	167,56	23,98	0,17	97,50	1,39
Viaturas											
Número de viaturas		n.a.	n.a.	n.a.	57	51	49	-2	-4%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas		n.a.	n.a.	n.a.	381.905	275.026	257.048	-17.978	-7%	n.a.	n.a.

(a) Em 2015 exclui responsabilidades decorrentes do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, a liquidar em anos subsequentes.

(*) Em 2014 verifica-se um acréscimo dos Órgãos Sociais devido à nomeação do Conselho Fiscal no final de 2013.

(**) Cargos de Direção de 1º nível.

(Efetivos médios)

O peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios apresenta uma evolução desfavorável de 4p.p. face a 2010. Esta variação é justificada, essencialmente, pela ausência das indemnizações compensatórias (-34,7 milhões de euros). Excluindo este impacto, verifica-se que o peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios, sem indemnizações compensatórias, apresentaria uma melhoria de cerca de 11 p.p., passando de 122% em 2010 para 110% em 2015, evidenciando um significativo esforço de redução de gastos, justificado pelas medidas de racionalização de serviços e de processos e de contenção de custos implementadas pela Empresa.

De referir, ainda, que este rácio exclui um conjunto de rendimentos e gastos de natureza operacional e recorrente, contabilizados nas rubricas de outros rendimentos e gastos, que são fundamentais para a avaliação do equilíbrio operacional da empresa⁴.

Os Gastos com Pessoal apresentam uma redução de 23,5 milhões de euros (-19% face a 2010), na sequência da diminuição do efetivo e das reduções remuneratórias decretadas. Relativamente ao número de efetivos e de cargos dirigentes, a Empresa reduziu em 2015, em comparação com 2010, 17% do efetivo e 65% dos cargos de direção de primeiro nível (valores médios anuais).

A diminuição dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas em 5,4 milhões de euros (-48% face a 2010) resultou, por sua vez, de uma racionalização da oferta e de alguns serviços terem passado a ser realizados integralmente em tração

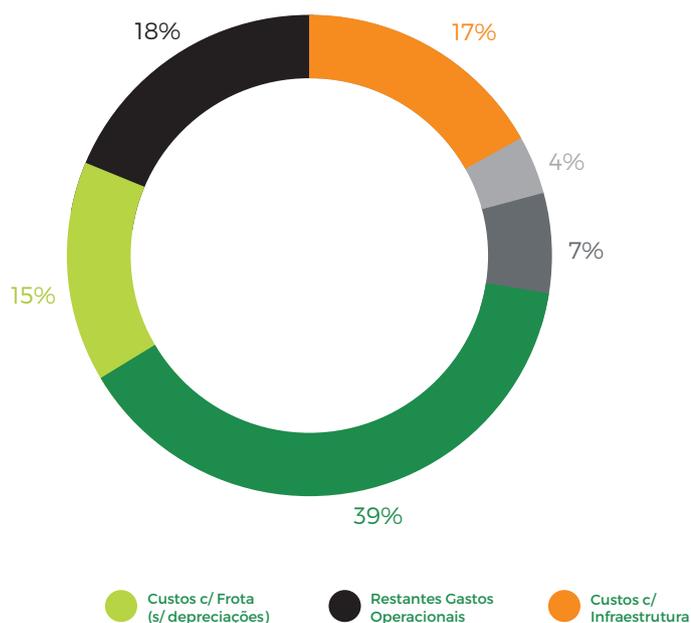
elétrica. De referir ainda a transferência para a CP Carga dos depósitos de combustível para tração estritamente afetos à atividade daquela empresa.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram uma redução de 1% face a 2010, generalizada à maioria das rubricas e resultante do esforço de contenção de gastos desenvolvido pela Empresa. Apresentariam uma redução de, aproximadamente, 24,7 milhões de euros, o que representaria um decréscimo de cerca de 15% face a 2010, se se excluirmos os aumentos de gastos suportados com a Taxa de Utilização da Infraestrutura de cerca de 10,7 milhões de euros, de eletricidade para a tração de cerca de 7,5 milhões de euros, devido a aumentos significativos dos preços e à perda do regime de interruptibilidade em algumas subestações e de gastos com o aluguer de material circulante de cerca de 4,8 milhões de euros, devido à falta de investimento na electrificação de infraestruturas e às limitações ao investimento em material circulante.

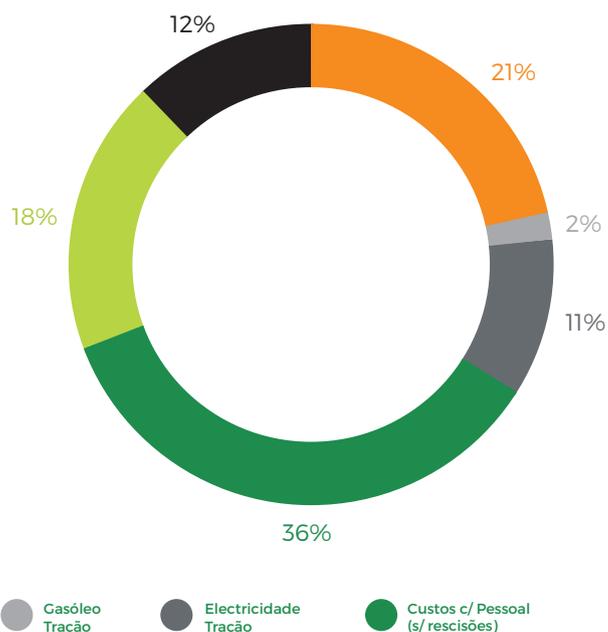
Os gráficos seguintes representam a estrutura global de gastos da Empresa em 2010 e em 2015. É possível constatar a redução do peso dos gastos com pessoal, gásóleo para tração e dos restantes gastos (subcontratos, consumíveis, *utilities*, etc), objeto de medidas de racionalização e renegociação / contenção. Em contrapartida regista-se um acréscimo do peso dos gastos relacionados com a taxa de utilização da infraestrutura, da eletricidade para a tração em consequência de aumentos tarifários e da frota de material circulante, em consequência do envelhecimento do material.

4) A título de exemplo, referem-se as refaturações de Eletricidade e Gásóleo para a Tração à CP Carga, cujos rendimentos são contabilizados em outros rendimentos operacionais, mas cujos respetivos gastos, foram suportados pela CP nas rubricas de CMVMC e FSE.

Peso dos Gastos Operacionais em 2010



Peso dos Gastos Operacionais em 2015



No âmbito dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo verificou-se uma diminuição de 10% face a 2010. Estas rúbricas incluem transporte de pessoal operacional de e para os locais de trabalho/dormitórios, ou seja ligados à produção de transportes.

Também os gastos com comunicações registaram, desde 2010, uma evolução decrescente (-56% que em 2010). Esta rubrica inclui, para além das comunicações fixas e móveis, as comunicações de dados, nomeadamente com as estações, indispensáveis ao negócio.

—● Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, tem esta empresa requerido, anualmente, a dispensa do seu cumprimento.

Igualmente tem desenvolvido todos os esforços para o cumprimento, sempre que possível, do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

Em consequência:

- O número de movimentos da conta do IGCP aumentou significativamente, quer a nível de recebimentos quer de pagamentos, sendo a conta movimentada com a máxima regularidade;
- A generalidade dos pagamentos é efetuada via IGCP;
- Os recebimentos dos clientes estão a ser canalizados para a conta do IGCP;
- Desde dezembro de 2010 que excedentes de tesouraria pontuais são aplicados no IGCP – Cedic's.
- Os valores disponíveis ainda que não aplicados, dado o seu montante, são mantidos na conta do IGCP.

No entanto, dadas as especificidades da atividade da CP-Comboios de Portugal, EPE, tem sido necessário

manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da Banca Nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao funcionamento da CP serem efetuados via conta do IGCP, dadas as funcionalidades operacionais do Banco do Tesouro.

Na sequência do pedido de isenção do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado para 2015 a CP, através do despacho n.º 507/15 – SET, obteve a exceção ao princípio da UTE para alguns serviços, nomeadamente recolha e contagem de valores, cartões de refeição e garantias bancárias. Para os restantes foi solicitado ao IGCP a disponibilização dos serviços, o que se espera possa entrar em vigor em 2016.

—● Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas durante o ano de 2015.

—● Informação no *site* do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	14-03-2012	
Caracterização da Empresa	S	25-05-2014	
Função tutela e accionista	S	12-01-2016	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	24-06-2015	
Identificação dos órgãos sociais	S	24-06-2015	
Estatuto remuneratório fixado	S	24-06-2015	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	24-06-2015	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	24-06-2015	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	24-06-2015	
Esforço Financeiro Público	S	11-03-2015	
Ficha síntese	S	21-06-2015	
Informação Financeira histórica e atual	S	21-06-2015	
Princípios de Bom Governo	S	26-06-2015	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	26-06-2015	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	26-06-2015	
Outras transações	S	26-06-2015	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	26-06-2015	
Económico	S	26-06-2015	
Social	S	26-06-2015	
Ambiental	S	26-06-2015	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	26-06-2015	
Código de Ética	S	26-06-2015	



Análise Económico-Financeira

—● Conta de Exploração

As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística

em vigor. Para efeitos de análise de gestão construiu-se o quadro seguinte que ilustra de forma mais adequada o desempenho da empresa.

(valores em milhares de euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERIODOS		Variação 2015/2014	
	REAL 31-12-2015	REAL 31-12-2014	Valor	%
Vendas e serviços prestados	241.783	239.759	2.024	1%
Subsídios à exploração		17.905	-17.905	-100%
Outros rendimentos e ganhos	31.792	46.291	-14.500	-31%
	273.575	303.955	-30.380	-10%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5.985	-7.716	1.730	22%
Fornecimentos e serviços externos	-164.078	-169.939	5.861	3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo dos variáveis)	-96.334	-100.921	4.587	5%
Outros gastos e perdas	-3.395	-10.611	7.216	68%
	-269.792	-289.185	19.394	7%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	3.783	14.770	-10.987	-74%
Outros rendimentos e ganhos (CP Carga)	40.285		40.285	s/s
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-58.882	-65.063	6.181	10%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1.158	-4.707	5.865	125%
Indemnizações por rescisão	-2.423	-2.421	-1	0%
Acordo de variáveis	-27.246		-27.246	s/s
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	-9.685	1.226	-10.912	-890%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-255	-117	-138	-117%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-31.254	1.604	-32.858	-2048%
Provisões (aumentos/reduções) - Inclui CP Carga	297	15.387	-15.090	-98%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-93.385	10.614	-103.999	-980%
Aumento/Reduções de Justo Valor	2.412	65.456	-63.044	-96%
Resultado operacional	-175.197	36.747	-211.944	-577%
Juros e rendimentos similares obtidos	4.437	5.188	-751	-14%
Juros e gastos similares suportados	-107.445	-204.017	96.572	47%
Resultado financeiro	-103.009	-198.829	95.820	48%
Resultado antes de impostos	-278.205	-162.082	-116.123	-72%
Imposto sobre o rendimento do período	-221	2.213	-2.434	
Resultado líquido do período	-278.426	-159.869	-118.557	-74%
RESULTADO OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (EBITDA)	3.783	14.770	-10.987	-74%
Indemnizações por rescisão	-2.423	-2.421	-1	0%
Acordo de variáveis	-27.246		-27.246	s/s
Aplicação MEP, justo valor, imparidade e provisões e OUTROS (CP Carga)	-91.586	94.169	-185.756	-197%
Depreciações	-57.724	-69.770	12.046	17%
RESULTADO OPERACIONAL	-175.197	36.747	-211.944	-577%
RESULTADO FINANCEIRO	-103.009	-198.829	95.820	48%
RESULTADO LÍQUIDO	-278.426	-159.869	-118.557	-74%

* Antes de indemnizações por rescisão, acordo variáveis, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos

A CP encerrou o exercício de 2015 com um Resultado Líquido de -278,4 milhões de euros, o que representa um agravamento de 118,6 milhões de euros face ao ano anterior (-159,9 milhões de euros).

Este agravamento resulta fundamentalmente do acordo de venda direta de referência da CP Carga, celebrado em 21 de setembro de 2015, com um impacto líquido nos resultados da empresa em 2015 de -85 milhões de euros, da ausência de subsídios à exploração, que representou menos 17,9 milhões de euros de rendimentos face ao ano anterior, e do facto de em 2014 se terem registado rendimentos e ganhos extraordinários, no valor de 14,7 milhões de euros, em virtude da alienação à REFER dos Terminais de Mercadorias e da aceitação por aquela empresa de fatura referente à alienação de edifício da CP.

De referir ainda a melhoria do Resultado Financeiro em 95,8 milhões de euros, em virtude da redução da dívida financeira da empresa e da descida generalizada das taxas de juro de financiamento. Esta variação foi, no entanto, compensada pela diminuição do impacto favorável das variações de justo valor dos derivados em 63 milhões de euros, em resultado da redução dos derivados detidos pela empresa, e pela assunção de gastos com pessoal adicionais, no valor de 27,2 milhões de euros, referentes a anos anteriores, decorrentes do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, circunstância que não se verificou no período homólogo.

O EBITDA recorrente (Resultado Operacional da atividade de Transporte de Passageiros) manteve-se positivo em 3,8 milhões de euros. Face a 2014

este indicador registou uma diminuição de cerca de 11 milhões de euros, justificada nomeadamente pela já referida ausência de subsídios à exploração (-17,9 milhões de euros), ainda que parcialmente compensada pelo aumento da prestação de serviços, em especial, pela evolução favorável dos réditos do tráfego de passageiros em 6,6 milhões de euros.

Os gastos com pessoal (sem indemnizações e acordo de variáveis) diminuíram 4,6 milhões de euros. De referir, no entanto, que em 2014, se registara um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho em 11,1 milhões de euros. Assim, retirando o efeito deste ajustamento realizado em 2014, verificar-se-ia um aumento dos gastos com pessoal de 6,5 milhões de euros.

Este aumento decorre de, a partir de 1 de janeiro de 2015, ao abrigo do artigo 4º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, ter sido revertida em 20% a redução remuneratória temporária até aqui verificada, do impacto nas remunerações do ano de 2015 do já referido acordo celebrado com as ORT relativo à integração dos abonos variáveis e do acréscimo do trabalho extraordinário.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram uma redução de aproximadamente 5,9 milhões de euros, fundamentalmente devido à diminuição dos gastos com a taxa de utilização de infraestrutura, em virtude da redução das tarifas deste serviço, e ao esforço generalizado de contenção de custos.

Ainda com impacto no EBITDA, de referir a diminuição dos outros gastos e perdas em 7,2 milhões de euros em resultado da redução dos abates de material circulante e da diminuição dos gastos relacionados com o reconhecimento de dívidas incobráveis registados em 2015.

Ao nível das restantes rubricas não relacionadas com a atividade de transporte, destaca-se o aumento das perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos em aproximadamente 10,9 milhões de euros, em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados negativos da CP Carga, e a diminuição do valor das depreciações, em 6,2 milhões de euros, com origem essencialmente no equipamento básico (material circulante), devido à diminuição do investimento realizado, à transferência de material para a CP Carga e ao abate ou término do período de depreciação dos bens.

Referência ainda para as variações registadas em termos de imparidades de investimentos. As imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis aumentaram em 104 milhões de euros. Este aumento resultou fundamentalmente do reconhecimento de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos (financiamentos) e ajustamento do valor da participação financeira da CP na CP Carga, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga. De referir ainda que, em 2014, foi efetuada uma reclassificação de ativos não correntes detidos para venda para ativos

correntes (em resultado da reafecção de material circulante à exploração) e abates de material que levaram à redução das imparidades associadas a estes ativos em 10,6 milhões de euros. Em 2015, reforçou-se o valor da imparidade do material circulante classificado em ativos não correntes detidos para venda de forma que o valor líquido dos bens descontado do valor residual de sucata e subsídios de investimento seja zero. Foi igualmente ajustado o valor dos edifícios classificados como ativos não correntes detidos para venda, em função das últimas avaliações realizadas.

As imparidades de investimentos depreciáveis diminuíram em 5,9 milhões de euros, na sequência de reversão de imparidades constituídas para material circulante acidentado em função do custo previsto de reparação e da reclassificação de material circulante de ativo não corrente detido para venda para ativo fixo tangível, em resultado da sua reafecção à exploração.

De ressaltar, por último, o aumento das imparidades de dívidas a receber em 32,9 milhões de euros, devido fundamentalmente ao reconhecimento de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga.

Balanço

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação 2015/2014	
	31-12-2015	31-12-2014	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	640.022	854.610	-214.588	-25%
Ativo Corrente	71.031	115.370	-44.338	-38%
Total do Ativo	711.053	969.980	-258.926	-27%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	-3.031.043	-3.406.037	374.995	11%
Resultado Líquido do período	-278.426	-159.869	-118.557	-74%
Total do Capital Próprio	-3.031.043	-3.406.037	374.995	11%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	3.065.323	3.638.043	-572.720	-16%
Passivo Corrente	676.773	737.974	-61.201	-8%
Total do Passivo	3.742.096	4.376.017	-633.921	-14%
Total do Capital Próprio + Passivo	711.053	969.980	-258.926	-27%

Ativo

Em 2015, o ativo da CP diminuiu 258,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *ativos fixos tangíveis* em 144,9 milhões de euros, em resultado da transferência de material circulante para a CP Carga, com um valor contabilístico líquido de 97 milhões de euros; e das depreciações dos ativos apenas terem sido parcialmente compensadas pela realização de novo investimento;
- Diminuição do valor de participações financeiras - MEP em 69,8 milhões de euros, essencialmente em resultado do ajustamento do valor da participação financeira na CP Carga e do ajustamento do valor dos créditos (empréstimos concedidos) àquela empresa, decorrente da celebração do acordo de referência para a venda desta participada;
- Diminuição do saldo de *clientes e de outras contas a receber* em 15,2 milhões de euros, contribuindo para esta situação fundamentalmente o ajustamento da dívida da CP Carga, em resultado da venda de créditos efetuada no âmbito da reprivatização desta empresa;
- Transferência dos diferimentos relativos a juros no valor de 7,1 milhões para a rubrica de financiamentos pela aplicação do modelo do custo amortizado na valorização dos empréstimos obrigacionistas detidos pela empresa;

- Diminuição dos ativos não correntes detidos para venda em 3,8 milhões de euros, decorrente da reclassificação para ativo corrente de edifício que fazia parte do ativo não corrente detido para venda, dado não se perspetivar a sua venda num curto espaço de tempo, e do aumento das imparidades associadas a estes ativos, tendo por base avaliações recentemente efetuadas e o tempo decorrido desde a classificação dos ativos nesta categoria de bens;
- Diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários em 17,1 milhões em resultado da utilização dos fundos disponíveis para assegurar o pagamento a fornecedores e outros credores.

Capital Próprio

Nos meses de março, junho e setembro de 2015, na sequência de Despachos Conjuntos da Ministra das Finanças e do Ministro da Economia, foram aprovados aumentos do capital estatutário, a subscrever pelo Estado em numerário: o primeiro, no valor de 84,683 milhões de euros, foi integralmente realizado entre março e abril de 2015; o segundo, no valor de 535,5 milhões de euros foi integralmente realizado entre junho e julho de 2015, e o terceiro, no valor de 63,3 milhões de euros, foi realizado entre setembro e novembro de 2015. A rubrica de Capital realizado apresenta assim, em termos acumulados, em 2015, um aumento de 683,483 milhões de euros.

Passivo

O total do passivo da CP registou em 2015 uma diminuição de 633,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *financiamentos obtidos* em 612,3 milhões de euros em resultado da atribuição de dotações de capital pelo Estado para a empresa assegurar o serviço de dívida histórico. A empresa não teve necessidade de recorrer a endividamento no decorrer do ano de 2015;
- Diminuição das provisões constituídas em 88 milhões de euros em resultado da (i) anulação, em 2015, da responsabilidade pelos capitais próprios negativos com a participada CP Carga decorrente do aumento de capital por entradas em espécie (transferência das locomotivas), e do (ii) acordo estabelecido com os trabalhadores para inclusão de abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias que resultou na conclusão de parte dos processos laborais provisionados em anos anteriores;
- Diminuição do saldo relativo a Entes públicos, em 3,1 milhões de euros, em resultado do pagamento antecipado das contribuições para a segurança social e das retenções de imposto sobre o rendimento;
- Aumento do saldo de fornecedores e das outras contas a pagar em 71,6 milhões de euros, contribuindo para esta situação fundamentalmente o acréscimo de gastos incluídos em outros credores, nomeadamente os relacionados com juros a liquidar e as responsabilidades de pagamento decorrentes do acordo de variáveis celebrado com as Organizações representativas dos trabalhadores. De referir que se fossem excluídos estes dois efeitos, o saldo das dívidas a fornecedores e outros credores reduzir-se-ia em 2,1 milhões de euros;
- Diminuição da variação favorável do valor dos *swaps* potencialmente desfavoráveis em 2,4 milhões de euros.

—● Financiamento

Política de Financiamento

Com a integração da CP no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, as necessidades de financiamento da CP passaram a ser supridas por apoio do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclassificadas.

Nos primeiros meses do ano, a CP conseguiu fazer face a todas as suas responsabilidades, incluindo as decorrentes do serviço da dívida, com recurso a receita de exploração.

A partir de março, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas Financeira e Sectorial, aumentar em 683,483 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, conforme detalhe:

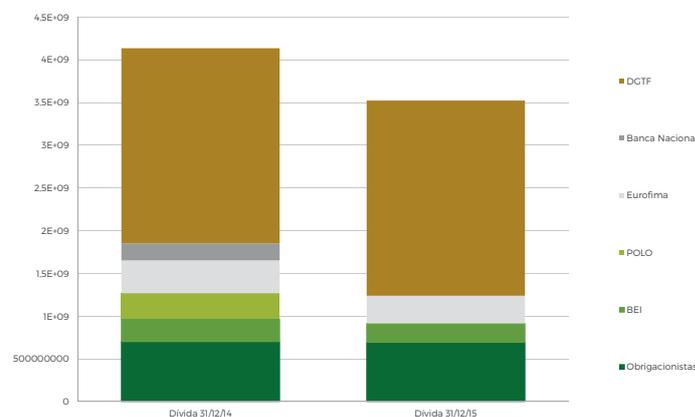
- março/abril - 84.683.000 euros;
- junho/julho- 535.500.000 euros;
- setembro/outubro/novembro - 63.300.000 euros

Estas dotações de capital, totalmente realizadas no ano, permitiram fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica (amortizações e encargos financeiros) bem como de investimento.

Em 2015 a empresa não recorreu a endividamento.

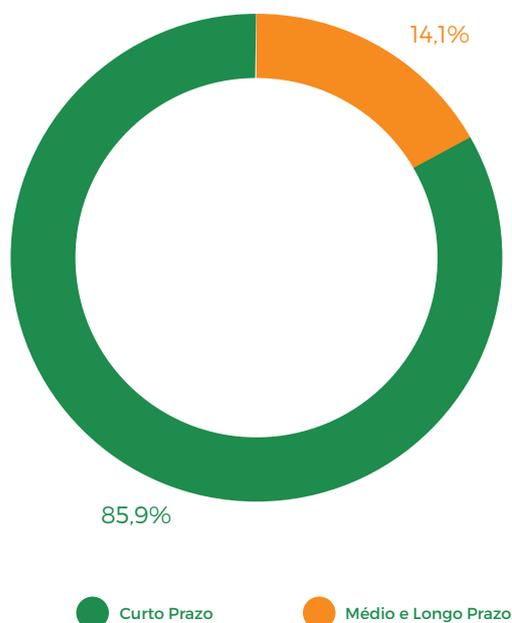
Estrutura da Dívida Remunerada

Como consequência das medidas de financiamento analisadas no ponto anterior, a dívida remunerada teve um decréscimo de cerca de 600 milhões de euros durante o ano de 2015, conduzindo a um valor de 3,52 mil milhões de euros a 31.12.2015, detalhado no mapa seguinte, de acordo com as fontes de financiamento:



No que respeita à dívida amortizada durante o ano 2015, destacam-se as seguintes amortizações no valor de cerca de 604,8 milhões de euros: Polo III - CP *Finance Limited* no montante de 300 milhões de euros, BNP *Paribas* de 200 milhões de euros, BEI no montante de 45,9 milhões de euros e Eurofima no valor de 58,9 milhões de euros.

Relativamente à estrutura da dívida, mantém-se a característica, já verificada no final de 2014, de predominância da dívida de médio e longo prazo (cerca de 86%) tendo como principal contributo o empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o Estado Português no último trimestre de 2014.



Fontes de Cofinanciamento

A CP dispôs em 2015 de financiamento a fundo perdido no valor de cerca de 1,6 milhões de euros, a título de cofinanciamento de investimentos pelo Estado Português, no âmbito do PIDDAC.

Esse montante de cofinanciamento destinou-se exclusivamente ao projecto de “Grandes Reparações R2 e R3”.

PIDDAC 2015 Valores em milhares de euros	Valores
Reparações de material circulante	1.575

Encargos Financeiros

Os encargos financeiros tiveram um forte decréscimo em 2015, essencialmente devido à redução da dívida e à manutenção das taxas de mercado a níveis historicamente baixos.

A substituição, em finais de 2014, dos empréstimos da Banca Nacional por um empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o Estado Português a taxa fixa, permitiu uma redução considerável nos custos, tendo em conta os *spreads* e comissões praticados na altura.

Custo médio de financiamento

Unid: m€

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
Juros	169.472	185.516	200.844	197.703	96.508
Aval	2.338	1.808	1.804	1.504	1.499
Outros encargos	15.701	7.107	7.521	3.855	2.781
Encargos Financeiros	187.511	194.431	210.169	203.062	100.788
Dívida	3.522.394	3.637.063	3.807.787	4.134.441	3.828.310
Custo médio	5,32%	5,35%	5,52%	4,91%	2,63%

Nota: Em função da evolução da dívida, com um decréscimo em 2015, foi considerada a dívida média no ano para efeitos de cálculo de custo médio

Limites de Endividamento

A CP não recorreu a endividamento em 2015. A dívida remunerada registou um decréscimo de cerca de 14,6%.

Considerando o valor de Endividamento Ajustado verifica-se um acréscimo de 1,7% decorrente das dotações de capital recebidas para investimento, encargos financeiros e acordo sobre variáveis.

Passivo Remunerado Valores em milhares de €	2013	2014	2015	Var. Absol.
Financiamentos Obtidos (*)	3.807.786,56	4.134.440,94	3.522.177,90	-612.263,04
...dos quais, concedidos pela DCTF	0,00	2.283.084,00	2.283.084,00	0,00
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	683.483,00	683.483,00
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
Endividamento Ajustado	3.807.786,56	4.134.440,94	4.205.660,90	71.219,96

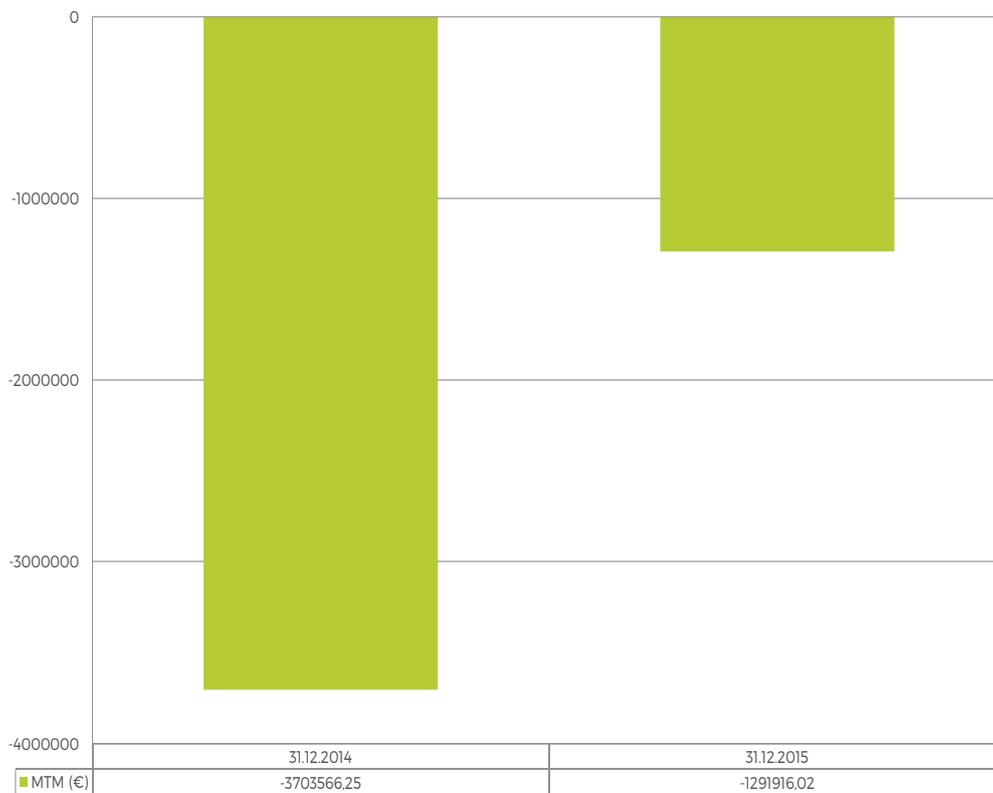
(*) Corresponde à dívida constante do Balanço nas rubricas de Financiamentos Obtidos

Instrumentos de Gestão de Risco

A carteira de derivados da CP é composta por um único instrumento de gestão de risco financeiro associado ao empréstimo da Eurofima cuja maturidade vai até abril de 2016.

Contraparte	Empréstimo Associado	Notional (M€)	Vencimento
ABN/RBS	Eurofima 126	75.000	07-04-2016

A carteira de derivados é valorizada tendo por base as projeções dos *cash-flows* esperados no futuro, sendo possível verificar, em 2015, uma franca melhoria do valor de mercado da operação em carteira, de cerca de 2,4 milhões de euros:



O efeito das variações do justo valor dos contratos de *swap* em carteira é, desde 2009, refletido nas demonstrações financeiras.



Perspetivas para 2016

As perspetivas para a economia Portuguesa em 2015-2019 apontam para a continuidade da recuperação moderada da economia e do emprego.

O cenário macroeconómico indica a entrada num ciclo mais favorável, prevendo-se uma aceleração gradual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do horizonte de projecção, assente em contributos positivos da procura interna e das exportações líquidas, no relançamento do investimento e na melhoria sustentada das condições no mercado de trabalho.

É este contexto que permite antever um impulso, ainda que ligeiro, nas necessidades de mobilidade das populações em 2016, potenciado pelo aumento do turismo que se tem verificado e que se prevê que continuará a verificar.

A nível da empresa, perspetiva-se que a manutenção da paz social que se tem vivido nestes últimos anos, obtida através de um diálogo construtivo e continuado com as organizações dos trabalhadores, permitirá manter os níveis de oferta de transporte adequados às necessidades de mobilidade.

Prevê-se o rejuvenescimento do quadro de efetivos, através de recrutamento externo, compensando as saídas da empresa que ocorrerão na sequência da recuperação da quota de acesso ao subsídio de desemprego.

Iniciar-se-á um plano de renovação do material circulante, assente na compatibilização do rigor financeiro em vigor nos últimos anos com o planeamento de uma cuidadosa mas indispensável expansão da oferta dos serviços da Empresa.

Essa expansão e esses planos adquirem uma função estratégica a partir de uma dupla constatação. Por um lado o papel que o constante aumento da procura tem desempenhado na preservação da sustentabilidade da empresa. Por outro, a extrema dificuldade, para responder a essa crescente procura, em gerir uma pressão acrescida sobre o seu material circulante já envelhecido no contexto dos sucessivos constrangimentos financeiros, agravados pela interrupção de compensações financeiras e pelos mecanismos de controlo orçamental.

Considerando estas realidades e tendo presente as orientações contidas no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI) para o horizonte de 2014-2020, o Conselho de Administração definiu para o PAO 2016 as seguintes orientações estratégicas:

1. Manutenção da paz social e valorização dos trabalhadores;
2. Crescimento da procura, através de:
 - Otimização do efeito de rede na oferta comercial;
 - Criação / utilização de plataformas digitais dinamizadoras da estratégia de estar mais perto dos Clientes;
3. Combate à fraude;
4. Planeamento de uma controlada expansão da oferta em adequação à procura;
5. Racionalização de gastos;
6. Rentabilização de ativos não *core*.

Neste contexto, definiram-se como projetos prioritários para 2016:

- Intervenção de “Meia Vida” nos 10 CPA’s e comercialização do “Novo Serviço AP”;
- Projeto Automotoras S120 – a decidir sobre a opção de compra vs aluguer;
- Vinilagem das Carruagens do Serviço IC;
- Wi-fi carruagens modernizadas;
- Projeto Horário - Região Norte, na sequência da eletrificação do troço Marco – Caíde;
- Reparação e renovação equipamentos de venda / validação / controle;
- Adequação da política “*Yield Management*” ao mercado e à evolução da procura;
- Diversificação, alargamento e optimização da Rede de Vendas: “Loja CP”; “*Mobile Ticketing*”; Canais digitais; Migração Urbanos Porto para o ILC;
- Conclusão do Projeto Cartão CP;
- Início da implementação de um Programa CRM (*Customer Relationship Management*) / Fidelização;
- Melhoria da informação ao público, sobretudo em situações de perturbação;
- Reforço no combate à fraude: Brigadas de Fiscalização / Fecho estações - controle de acessos;
- Recrutamento externo de RH;
- Sistema de Gestão de Risco de Segurança;
- Elaboração de *road map* para prestação do serviço de bilhética sob a forma de TaaS (*Ticketing as a Service*);
- Criação da plataforma para Gestão de Conteúdos Empresariais (ECM);
- Substituição de terminais de pagamento VISA;
- Alienação do Rossio / projeto nova Sede;
- Conservação parques material (1º Campolide);
- Contumil - Nova rede de abastecimento de gasóleo.





CP

2244

27

1

Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

No que respeita a acontecimentos após a data de balanço, ressalva-se:

- A concretização da venda da CP Carga, que ocorreu no dia 20 de janeiro de 2016. Os impactos esperados relacionados com o processo de venda foram ainda reconhecidos no ano 2015 através da constituição de imparidades, com um impacto líquido nas contas da empresa de 85 milhões de euros;
- Assinatura de adenda ao contrato de financiamento assinado em 2014 com o Estado Português prorrogando o vencimento dos juros;
- A renovação dos empréstimos da CP às suas empresas participadas, ao abrigo do Plano de Atividades e Orçamento de 2015, dada a incapacidade destas libertarem fundos que possibilitem a sua amortização ou de conseguirem financiamentos alternativos junto da banca comercial.



045M

SP

2 Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, déficit de 278.426.115 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 28 de abril de 2016

O Conselho de Administração,

Presidente:

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal:

Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Vogal:

Dr. Nuno Serra Sanches Osório



CP

3262

CP

3162

3 Declaração de Conformidade

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP-Comboios de Portugal, EPE (Empresa), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Lisboa, 28 de abril de 2016

O Conselho de Administração

Presidente:

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal:

Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Vogal:

Dr. Nuno Serra Sanches Osório



CP

2297

Intercidades

Demonstrações Financeiras

Balanço individual em 31 de dezembro de 2015

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	584 580 920	729 470 691
Ativos intangíveis		-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	25 115 396	94 879 297
Participações financeiras - outros métodos	9	27 771 396	27 771 396
Ativos por impostos diferidos	10	2 554 258	2 488 729
		640 021 970	854 610 113
Ativo corrente			
Inventários	13	4 547 314	5 016 865
Clientes	14	5 681 837	4 548 260
Adiantamentos a fornecedores	15	133 790	133 790
Estado e outros entes públicos	16	9 377 095	10 096 548
Acionistas/sócios		-	-
Outras contas a receber	17	23 035 143	39 358 696
Diferimentos	18	671 912	7 769 677
Ativos financeiros detidos para negociação	19	16	54
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda	20	19 561 448	23 370 359
Caixa e depósitos bancários	4	8 022 897	25 075 428
		71 031 452	115 369 677
Total do ativo		711 053 422	969 979 790
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21	2 678 800 000	1 995 317 000
Reservas legais	24	24 703	24 703
Outras reservas	25	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	26	(5 655 198 305)	(5 495 329 134)
Ajustamentos em ativos financeiros	27	132 640	132 640
Outras variações no capital próprio	28	222 317 767	252 380 126
Resultado líquido do período		(278 426 115)	(159 869 171)
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		(3 031 042 660)	(3 406 037 186)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	9 417 835	97 383 672
Financiamentos obtidos	30	3 023 979 040	3 529 598 251
Outras contas a pagar	31	31 926 392	11 061 019
		3 065 323 267	3 638 042 942
Passivo corrente			
Fornecedores	32	19 569 823	20 760 395
Adiantamentos de clientes	33	1 815 470	295 470
Estado e outros entes públicos	16	302 248	3 366 354
Acionistas/sócios	12	124 729	-
Financiamentos obtidos	30	498 198 858	604 842 688
Outras contas a pagar	31	150 757 982	98 803 720
Diferimentos	18	4 711 789	6 201 841
Passivos financeiros detidos para negociação	34	1 291 916	3 703 566
		676 772 815	737 974 034
Total do passivo		3 742 096 082	4 376 016 976
Total do capital próprio e do passivo		711 053 422	969 979 790

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	35	241 783 095	239 758 877
Subsídios à exploração	36	-	17 904 652
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	37	(9 685 159)	1 226 449
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	38	(5 985 193)	(7 715 510)
Fornecimentos e serviços externos	39	(164 077 905)	(169 938 629)
Gastos com o pessoal	40	(126 003 012)	(103 342 128)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	(255 169)	(117 381)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14,17	(31 253 910)	1 604 235
Provisões (aumentos/reduções)	29	296 834	15 386 586
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	41	(93 385 223)	10 613 892
Outros rendimentos e ganhos	42	72 076 379	46 291 486
Outros gastos e perdas	43	(3 394 681)	(10 610 569)
Resultado antes de Justo valor, depreciações, gastos de financiamento e impostos		(119 883 944)	41 061 960
Aumentos/reduções de justo valor	44	2 411 650	65 455 632
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(117 472 294)	106 517 592
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	45	(58 882 413)	(65 063 492)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	46	1 158 064	(4 706 977)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(175 196 643)	36 747 123
Juros e rendimentos similares obtidos	47	4 436 572	5 187 844
Juros e gastos similares suportados	48	(107 445 331)	(204 016 984)
Resultado antes de impostos		(278 205 402)	(162 082 017)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(220 713)	2 212 846
Resultado líquido do período		(278 426 115)	(159 869 171)

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(valores em euros)

	PERÍODOS	
	2015	2014
Vendas e serviços prestados	241 783 095	257 548 499
Custo das vendas e dos serviços prestados	(245 045 021)	(257 199 567)
Resultado bruto	(3 261 926)	348 932
Outros rendimentos	79 798 565	142 951 293
Gastos de distribuição	(45 874 694)	(39 958 879)
Gastos administrativos	(64 028 823)	(48 917 807)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	(141 829 765)	(17 676 417)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(175 196 643)	36 747 123
Gastos de financiamento (líquidos)	(103 008 759)	(198 829 140)
Resultados antes de impostos	(278 205 402)	(162 082 017)
Imposto sobre o rendimento do período	(220 713)	2 212 846
Resultado líquido do período	(278 426 115)	(159 869 171)
Resultado das atividades descontinuadas	-	-

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

(valores em euros)

DESCRICÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio			
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio					
Posição no início do período de 2014	1	21 a 28	1 995 377 000	-	-	-	24 703	1 306 650	(5 268 812 622)	-	-	-	-	262 308 764	(226 516 512)	(5 236 374 018)
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		26 a 28	-	-	-	-	-	-	-	-	132 640	-	-	(9 926 638)	-	(9 793 998)
Resultado líquido do período		2	-	-	-	-	-	-	-	-	132 640	-	-	(9 926 638)	-	(9 793 998)
Resultado integral		3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159 869 171)	(159 869 171)
Operações com detentores de capital no período		4 a 2 - 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159 869 171)
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		5	-	-	-	-	-	-	-	-	(226 516 512)	-	-	-	-	226 516 512
Posição no fim do período de 2014		6 = 1+2-3+5	1 995 377 000	-	-	-	24 703	1 306 650	(5 498 329 134)	-	132 640	-	-	252 340 126	(159 869 171)	(5 406 037 186)

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queirós
 Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Caldeiro Lopes

Contabilista Certificado - Dr.º Ana Coelho

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2015

(valores em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio a tribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período		
Posição no início do período de 2015	1	1 995 377 000	-	-	-	24 703	1 306 650	(5 495 329 134)	132 640	-	-	252 380 126	(159 869 171)	159 869 171	159 869 171
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	26 a 28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30 062 359)	-	-	(30 062 359)	(30 062 359)
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30 062 359)	-	-	(30 062 359)	(30 062 359)
Resultado integral	4 + 2 + 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278 426 115)	(278 426 115)	(278 426 115)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		683 483 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	683 483 000	-	-	-	-	-	(159 869 171)	-	-	(159 869 171)	-	-	159 869 171	159 869 171
Posição no fim do período de 2015	6 = 1+2+3+5	2 678 800 000	-	-	-	24 703	1 306 650	(5 655 198 505)	132 640	-	222 317 767	-	(278 426 115)	683 483 000	683 483 000

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiroz
 Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Odeiro
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Callado Lopes

Contabilista Certificado - Dr.º Ana Coelho

Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	PERÍODOS	
	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	254 183 183	261 756 874
Pagamentos a fornecedores	(211 187 681)	(358 590 505)
Pagamentos ao pessoal	(99 276 027)	(87 421 679)
Caixa gerada pelas operações	(56 280 525)	(184 255 310)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(364 890)	(96 516)
Outros recebimentos/pagamentos	30 907 607	38 875 475
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(25 737 808)	(145 476 351)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(17 089 019)	(18 646 496)
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	(14 100 000)
Outros ativos	(304 500 000)	(157 500 000)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	582 550	42 809 109
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	200 000	-
Outros ativos	304 500 000	173 500 000
Subsídios ao investimento	1 575 000	1 600 081
Juros e rendimentos similares	3 073 800	5 160 980
Dividendos	297 546	354 585
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(11 360 123)	33 178 259
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	4 412 340 152
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	683 483 000	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(604 842 688)	(4 085 685 774)
Juros e gastos similares	(58 599 320)	(204 664 364)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	20 040 992	121 990 014
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(17 056 939)	9 691 922
Efeito das diferenças de câmbio	(262)	(3 903)
Caixa e seus equivalentes no início do período	25 075 428	15 387 409
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 018 227	25 075 428

Contabilista Certificado - Dr.^o Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.^o Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes



5 Anexos Às Demonstrações Financeiras

—● Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2012 de 14 de março.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que introduz amplas alterações aos diplomas anteriores, passando os princípios de bom governo aplicáveis às empresas públicas estaduais a integrar este último diploma. De referir que este Decreto-Lei foi alterado pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro no que respeita ao endividamento das empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é detido integralmente pela CP em 2015, ainda que durante este ano se tenha iniciado processo de privatização.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela tutela económica e financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de finanças e dos transportes, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 51.

Separação de sectores - Infraestrutura

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura, atualmente Infraestruturas de Portugal, SA (IP), encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de abril.

O artigo 6.º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7.º serão devidas ao gestor da infraestrutura taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a

composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infraestrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho e posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2015, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, e estacionamento de material circulante. Ainda que a IP não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores, disponibilização de instalações operacionais em estações e disponibilização de espaços comuns para instalação de equipamentos.

De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Separação de sectores - Transportes

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março que aprovou o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e autorizou a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei n.º 109/77 de 25 de março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P..

Respeitando as orientações constantes do Despacho n.º 9541/2008, de 14 de março, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 65, de 2 de abril de 2008, foi constituída em 31 de julho de 2009 a empresa CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..

Com efeito, a autonomização da atividade do transporte de mercadorias foi prevista no Decreto-Lei n.º 137-A/2009 (artigos 9º e 10º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial seria integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objeto seria a atividade de transporte ferroviário de mercadorias, adotando a denominação de CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.. A autonomização daquela área de atividade operou-se por cisão em 2009, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de

dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e posteriormente alterado pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro.

Em 2015, pelo Decreto-Lei n.º 69/2015, de 6 de maio, foi aprovado o processo de reprivatização da CP Carga, tendo o Conselho de Ministros, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-B/2015 resolvido selecionar a Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A., para proceder à aquisição das ações representativas de até 100 % do capital social da CP Carga, atendendo ao mérito da respetiva proposta vinculativa melhorada e final no que diz respeito à observância dos critérios de seleção previstos no artigo 5.º do caderno de encargos, aprovado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 30-B/2015, de 8 de maio (caderno de encargos), em especial no que concerne à qualidade e credibilidade do projeto estratégico apresentado, ao valor inerente à proposta financeira global e ao reforço da capacidade económico-financeira e estrutura de capital da CP Carga, S. A. Esta operação foi concretizada em janeiro de 2016.

Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através

do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por

parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos Comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento Comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, e o Decreto-Lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

Contrato de serviço público

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto e entretanto revogados e substituídos pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e posteriormente alterado pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro. No artigo 39º do Decreto-Lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios sectoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-Lei n.º 137-A/2009, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2012 de 14 de março, veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos

serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011 a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, aguardando a CP decisão quanto à formalização de novo contrato de serviço público.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indemnizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

As indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2015, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2015, publicada em Diário da República, 1ª série, n.º 92 de 13 de maio de 2015.

De referir que os valores atribuídos pelo Estado à CP em 2015 correspondem exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante, não tendo sido atribuída à CP qualquer compensação pela prestação do seu serviço público.

—● Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao exercício de 2015, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, no dia 28 de abril de 2016, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras

para o período findo a 31 de dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2014.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

—● Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, “Juízos de valor”, “Principais pressupostos relativos ao futuro” e “Principais fontes de incerteza das estimativas” constantes desta nota.

Políticas contabilísticas relevantes

—● Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais

e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida de acordo com as normas de desreconhecimento da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos fixos tangíveis do Estado afetos às operações da CP e subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluem a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis é da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções - Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções - CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início

o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado

o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

—● Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

—● Locações financeiras

Os contratos de locação financeira, em que a empresa é locatária, são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo

pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis, exceto se não houver segurança razoável de que a empresa obterá a propriedade do bem no final da locação, situação em que o ativo será depreciado pelo menor entre o prazo de locação e a sua vida útil.

Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas

—● Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento não sendo amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores

de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

—● Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*“trade date”*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas (IMF – Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

—● Contabilidade de cobertura

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pela Entidade. Para a qualificação da contabilização da cobertura, a CP deve garantir o cumprimento de todas as seguintes condições:

- Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efetuada a cobertura com o instrumento de cobertura;
- O risco a cobrir seja um dos riscos seguintes: cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial ou risco de preço; e
- Espere que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

—● Cobertura de risco de taxa de juro fixa

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa (“cobertura de justo valor”) são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

—● Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pela empresa visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da NCFR 27, explicitados acima, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda

por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

—● Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

—● Instrumentos financeiros:

- À vista ou tenha uma maturidade definida;
- Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e
- Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do

juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.

—● Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:

- Não possam ser liquidados em base líquida,
- Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
- A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

—● Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

—● Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

—● Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;

- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

Inventários

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são

registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;

- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em moeda estrangeira

—● Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

—● Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do rédito

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de

bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos

reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 11.

Ativos e passivos contingentes

—● Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

—● Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

- Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de abril de 2016, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data de balanço são divulgados na nota 53.

Juizos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

Um dos juízos de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas da CP e que tem maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras respeita ao justo valor dos instrumentos financeiros.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela *Reuters* no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash flows* descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a manutenção do EBITDA da atividade de transporte positivo em 2015, o que indicia que os fatores de sustentabilidade futura melhoraram;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento; e
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar 112 milhões de passageiros ano, como fator de importância vital

para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de

diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade

a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

—● Fluxo de Caixa (nota 4)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao exercício de 2015 evidencia fluxos operacionais negativos de 25,7 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 119,7 milhões de euros face a 2014, que decorre fundamentalmente do pagamento ocorrido em dezembro de 2014 da dívida histórica à IP. É de ressaltar ainda uma diminuição nos fluxos de caixa gerados pela atividade operacional comparativamente à registada no período homólogo, ao nível dos recebimentos de clientes, em resultado da ausência de indemnizações compensatórias em 2015.

De salientar ainda os fluxos positivos das atividades de financiamento em resultado de aumentos de capital realizados pelo Estado no valor de 683,5 milhões de euros.

Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	344 231	309 672
Depósitos bancários	7 678 666	24 765 756
Sub total	8 022 897	25 075 428
Descobertos bancários	(4 670)	-
Total	8 018 227	25 075 428

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa		
Caixa Central	1 302	674
Caixa Pequena	2 600	2 600
FFC Tesouraria	10 200	3 000
Caixa Estações	330 129	303 398
Total	344 231	309 672
Depósitos à ordem		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	-	1 506
Novo Banco	5 528	5 772
Banco Português de Investimento	2 857 515	2 092 400
Banco Internacional de Crédito	-	-
Banco Santander	506 192	296 965
BNP Paribas	-	172
Caixa Geral de Depósitos	45 457	61 351
Deutsche Bank	-	95
Inst. Gestão Crédito Público	4 252 436	22 290 842
Millennium BCP	11 538	16 653
Total	7 678 666	24 765 756
Sub total	8 022 897	25 075 428
Descobertos Bancários	(4 670)	-
Total	8 018 227	25 075 428

Nota: o valor considerado em descobertos bancários corresponde a cheques em trânsito

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas contas da empresa a reportar.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)

No final do ano 2015 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	19 133 999	16 628 385
Edifícios e outras construções	74 813 263	71 374 545
Equipamento básico	1 371 356 237	1 538 291 434
Equipamento de transporte	1 350 060	1 427 225
Equipamento administrativo	19 825 773	19 482 852
Outros ativos fixos tangíveis	62 302 817	62 108 713
Investimentos em curso	1 408 455	2 967 536
Adiantamentos por conta de investimentos	3 460 927	6 383 547
Sub-total	1 553 651 531	1 718 664 237
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	58 882 413	64 987 148
Depreciação acumulada de períodos anteriores	903 043 250	915 903 387
Perdas por imparidade do período	1 158 064	4 706 977
Perdas por imparidade de períodos anteriores	5 986 884	3 596 034
Sub-total	969 070 611	989 193 546
Valor líquido contabilístico	584 580 920	729 470 691

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2015 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações / Transferência artº 28 CSC	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	16 628 385	-	-	1 551 261	-	954 353	-	19 133 989
Edifícios e outras construções	71 374 544	18 316	-	170 157	(6 868)	3 257 114	-	74 815 263
Equipamento básico	1 538 291 435	106 037	(171 756 957)	1 878 312	(4 835 907)	7 673 317	-	1 371 356 237
Equipamento de transporte	1 427 224	-	(40 702)	-	(36 462)	-	-	1 350 060
Equipamento administrativo	19 482 852	413 894	(15 505)	-	(233 031)	177 563	-	19 825 773
Outros ativos fixos tangíveis	62 108 713	118 875	-	-	(90 293)	165 522	-	62 302 817
Investimentos em curso	2 967 535	7 433 542	-	-	-	(8 993 799)	1 177	1 408 455
Adiantamentos por conta de investimentos	6 383 548	-	-	-	-	(3 234 070)	311 449	3 460 927
	1 718 664 236	8 090 664	(171 813 164)	3 599 730	(5 202 561)	-	312 626	1 553 651 531
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	29 628 171	2 060 572	-	-	(6 868)	82 147	-	31 764 022
Equipamento básico	890 575 876	53 862 345	(74 775 287)	1 765 146	(4 544 749)	-	-	866 883 331
Equipamento de transporte	1 301 545	41 113	(40 702)	-	(36 463)	-	-	1 265 493
Equipamento administrativo	18 794 926	473 016	(8 915)	-	(232 658)	-	-	19 026 369
Outros ativos fixos tangíveis	40 590 016	2 445 367	-	-	(48 934)	-	-	42 986 449
Ativ. Fix. Tang. Perdas Impar. Acum. - Equipam. Básico	8 303 011	(1 158 064)	-	-	-	-	-	7 144 947
	989 193 545	57 724 349	(74 824 904)	1 765 146	(4 869 672)	82 147	-	969 070 611
Total	729 470 691							584 580 920

Em 2015 registou-se uma diminuição significativa do ativo fixo tangível, em resultado da transferência de material circulante para a CP Carga.

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2015, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R2 e R3 e intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa.

As depreciações acumuladas e imparidades referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante e as imparidades reconhecidas no material circulante, resultantes de acidentes.

A 31 de dezembro de 2015 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(valores em euros)

Descrição	Passivo
Automotoras	252 430 316
Carruagens	-
Locomotivas	23 905 578
Total	276 335 894

● Locações (nota 7)

Não Aplicável

● Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 8)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2015			31-12-2014		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	8 028 936	-	8 028 936	6 500 670	-	6 500 670
EMEF, SA	Empréstimos	13 500 000	-	13 500 000	13 500 000	-	13 500 000
CP CARGA, SA	Investimento	21 080 144	21 080 144	-	-	-	-
CP CARGA, SA	Empréstimos	71 272 682	71 272 682	-	71 272 682	-	71 272 682
SAROS, SA	Investimento	490 628	-	490 628	351 846	-	351 846
FERNAVE, SA	Investimento	2	-	2	2	-	2
FERNAVE, SA	Empréstimos	2 600 000	-	2 600 000	2 600 000	-	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	Investimento	-	-	-	-	-	-
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	300 000	-	300 000	500 000	-	500 000
OTLIS, ACE	Investimento	195 830	-	195 830	154 097	-	154 097
Total		117 468 222	92 352 826	25 115 396	94 879 297	-	94 879 297

No decorrer do ano 2015 verificou-se a necessidade de proceder à renovação dos empréstimos da CP às suas empresas participadas, dado que estas não conseguiram libertar fundos que possibilitassem assegurar a amortização dos referidos empréstimos ou obter financiamento alternativo junto da banca comercial.

A renovação destes financiamentos foi autorizada pelo Conselho de Administração da CP, ao abrigo do Plano de Atividades e Orçamento de 2015, aprovado pela Tutela, e em que não eram previstos os reembolsos destes empréstimos.

A imparidade registada com a participada CP Carga, resulta da aplicação dos termos do acordo de venda desta empresa, assinado em 19 setembro de 2015 e efetivado em 20 de janeiro de 2016.

Em 2015 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	20 000 670	-	-	1 528 265	-	21 528 935
CP CARGA, SA	71 272 682	-	-	(95 232 667)	116 312 811	92 352 826
SAROS, SA	351 846	-	-	138 783	-	490 629
FERNAVE, SA	2 600 002	-	-	-	-	2 600 002
ECOSAÚDE, SA	500 000	-	-	-	(200 000)	300 000
OTLIS, ACE	154 097	-	-	84 028	(42 295)	195 830
Sub-total	94 879 297	-	-	(93 481 590)	116 070 515	117 468 222
Imparidade	-	92 352 826	-	-	-	92 352 826
Sub-total	-	92 352 826	-	-	-	92 352 826
Total	94 879 297	92 352 826	-	(93 481 590)	116 070 515	25 115 396

No que respeita aos movimentos em participações financeiras, destaca-se o aumento da participação na CP Carga, registada em consequência da transferência de material circulante afeto à atividade de mercadorias da CP para a CP carga.

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia, que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2015	45 377 724	37 519 405	7 858 320	60 708 677	1 356 375
CP CARGA, SA	100	31-12-2015	208 247 658	187 167 514	21 080 144	72 399 365	(11 713 480)
SAROS, SA	100	31-12-2015	507 065	16 437	490 628	489 455	414 211
FERNAVE, SA	100	31-12-2015	766 045	3 539 854	(2 773 808)	1 253 392	(416 432)
ECOSAÚDE, SA	100	31-12-2015	860 946	947 108	(86 163)	2 124 642	14 140
TIP, ACE	33	31-12-2015	10 614 718	12 652 244	(2 037 526)	7 715 453	2 608 901
OTLIS, ACE	14	31-12-2015	6 299 703	4 928 892	1 370 810	4 241 076	490 978

—● Participações Financeiras - Outros Métodos (nota 9)

A CP detém participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2015			31-12-2014		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
APOR	Custo de aquisição	5 000	-	5 000	5 000	-	5 000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
		28 415 784	(644 389)	27 771 396	28 415 784	(644 389)	27 771 396

O movimento destas participações financeiras em 2015 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
APOR	5 000	-	-	-	-	5 000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
	28 415 785	-	-	-	-	28 415 785
Imparidade						
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
	(644 389)	-	-	-	-	(644 389)
Total	27 771 396	-	-	-	-	27 771 396

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado (“Convenção”) entre os vários estados membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a “Convenção” teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52.000.000 Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizaram 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41.600.000 Francos Suíços por realizar (nota 31). Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

● Ativos por impostos diferidos (nota 10)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativos por Impostos Diferidos	2 554 258	2 488 729
	2 554 258	2 488 729

Como referido na nota 11 relativa aos impostos sobre o rendimento, em resultado da adesão à Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto, que aprovou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, a empresa iniciou em 2014 o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, em conformidade com o preceituado naquela Lei. Aguarda ainda emissão de despacho da Tutela Setorial e Financeira confirmando a respetiva adesão.

A variação ocorrida em 2015 resulta da atualização das responsabilidades da empresa com pensões de acidentes de trabalho relativas a período em que a CP foi autosseguradora, tendo sido realizado estudo atuarial por entidade independente para avaliação dessas responsabilidades.

—● Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda..

A CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2015, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 988,3 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2015 e 2027.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que permita a geração de matéria coletável suficiente para gerar coleta e conseqüentemente lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

Relativamente ainda ao imposto sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei n.º61/2014 de 26 de agosto) que permite, desde que verificados determinados requisitos, a constituição de um imposto diferido ativo que poderá ser convertido em crédito de imposto, utilizado no pagamento de impostos sobre o rendimento e patrimonial ou no limite ser

reembolsado ao contribuinte. Assim, a empresa reconheceu um ativo por imposto diferido tendo por base o produto da responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho pela taxa de IRC em vigor mais a respetiva derrama. É entendimento da empresa que a realização deste ativo é autónomo face à geração de matéria coletável.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar como a tributação autónoma de 2015 e o valor de ativos por impostos diferidos reconhecido em função da atualização das responsabilidades com acidentes de trabalho.

—● Acionistas/Sócios (nota 12)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Passivo corrente		
Outras Operações - Participações a Receber	124 729	-
	124 729	-

No âmbito do acordo para a implementação dos tarifários referentes aos passes intermodais (4-18, Sub.-23 e Social +), celebrado entre o Estado e a CP-Comboios de Portugal EPE, têm sido atribuídas, em Resolução do Conselho de Ministros (RCM), verbas a título de compensações financeiras pelo preço reduzido da venda dos respetivos títulos de transporte.

O valor em saldo corresponde a verbas recebidas que aguardam confirmação do subsídio a que respeitam para regularização como rédito da empresa.

—● Inventários (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2015 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 291 108	9 505 490
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	9 291 108	9 505 490
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(255 169)	(117 381)
Imparidades de períodos anteriores	(4 488 625)	(4 371 244)
	(4 743 794)	(4 488 625)
Valor líquido contabilístico	4 547 314	5 016 865

seus inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Desde o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a depreciação das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste novo critério, mais adaptado à realidade da empresa, foi reconhecida, em 2015, uma perda por imparidade de €255.169, tal como identificado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(4 488 625)	(255 169)	-	-	(4 743 794)
Total	(4 488 625)	(255 169)	-	-	(4 743 794)

—● Clientes (nota 14)

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	4 820 166	3 779 585
Empresas associadas	501 639	337 439
Empreendimentos conjuntos	486 591	400 448
Outras partes relacionadas	(126 559)	30 788
Clientes - títulos protestados	-	-
Clientes - perdas imparidade acumuladas	1 408 565	1 489 859
Sub-total	7 090 402	6 038 119
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	81 294	438 654
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(1 489 859)	(1 928 513)
Sub-total	(1 408 565)	(1 489 859)
Valor líquido contabilístico	5 681 837	4 548 260

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Clientes gerais	1 489 859	37 549	(118 843)	-	1 408 565
Total	1 489 859	37 549	(118 843)	-	1 408 565

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	4 196 668	408 553	198 288	16 657
Empresas associadas	501 639	-	-	-
Empreendimentos conjuntos	488 550	2 521	(2 716)	(1 764)
Outras partes relacionadas	(126 571)	12	-	-
Total	5 060 286	411 086	195 572	14 893

Adiantamentos a Fornecedores (nota 15)

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. S.A.	3 279	3 279
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128 391	128 391
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	2 120	2 120
Total	133 790	133 790
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-	-
Total	-	-
Valor líquido contabilístico	133 790	133 790

Estado e Outros Entes Públicos (nota 16)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1 215 119	1 137 945
Pagamento especial por conta	1 144 283	1 066 323
Imposto retido na fonte	70 836	71 622
IVA	7 221 754	8 073 978
IVA a recuperar de nov. e dez.	4 891 292	4 665 237
IVA reembolsos pedidos	2 330 462	3 408 741
Contribuições Segurança Social	55 597	-
IVA imposto retido a recuperar	884 625	884 625
Total	9 377 095	10 096 548
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	286 242	275 884
Retenções de imposto sobre o rendimento	12 641	1 213 254
Contribuição p/Seg. Social	3 365	1 877 216
Total	302 248	3 366 354

As principais variações registadas entre 2015 e 2014 resultam essencialmente do decréscimo do valor dos pedidos de reembolso, no ativo, e da diminuição das retenções do imposto sobre o rendimento e da contribuição para a segurança social, no passivo, em resultado da antecipação do seu pagamento.

Outras Contas a Receber (nota 17)

A rubrica de outras contas a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Fornecedores c/c - saldos devedores	578	6 968
Outros Devedores - pessoal	60 040	14 273
D.Diversos - c/c	19 873 423	36 933 492
D.Diversos - cobrança duvidosa	36 117 056	4 981 301
C. Diversos - saldos devedores	88 247	67 960
C.Div.-dep. cauções prestadas	218 210	218 210
C.Div.-rendimentos a repartir	-	-
C.Div.-IVA-operações a regularizar	139 454	25 464
D/C- Div. - Faturação a emitir	(997)	-
D/C. Div. - Seg. Saude	199 920	172 504
C.Div.-ODC-cartão galp frota/via verde	30 126	47 215
Out C.Rec/Pag - depósitos por regularizar	-	-
ODC - Unidades de Negócio/outros	351 899	730 284
Devedores por acréscimos de receitas	2 074 243	1 142 326
Sub-total	59 152 199	44 339 996
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Out. div. terceiros	(31 135 756)	1 165 582
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	(4 981 300)	(6 146 882)
Sub-total	(36 117 056)	(4 981 300)
Valor líquido contabilístico	23 035 143	39 358 696

O crescimento, face a 2014, do valor bruto das outras contas a receber, resulta fundamentalmente no aumento da dívida da CP Carga referente ao aluguer material motor, eletricidade e combustível para tração. Todavia, foi registada, em 2015, uma imparidade de cerca de €33 milhões referente a dívida da participada CP Carga, que resulta da aplicação dos termos do acordo de venda desta empresa, assinado em 19 setembro de 2015, e efetivado em 20 de janeiro de 2016.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Outros Dívidas de Terceiros	4 981 300	31 216 361	(80 605)		36 117 056
Total	4 981 300	31 216 361	(80 605)		36 117 056

—● Diferimentos (nota 18)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	671 912	7 769 677
Total	671 912	7 769 677
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim. - rend. a reconhecer - CP Lisboa	-	(768 011)
Diferim.-rend. reconhecer-sub. proj. exploração	-	(455)
Diferim.-rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	(4 711 789)	(5 433 375)
Total	(4 711 789)	(6 201 841)

A principal variação face a 2014 resulta da transferência para a conta de 'Financiamentos obtidos - gastos de formalização de empréstimos' dos gastos relacionados com comissões de empréstimos obrigacionistas diferidos no tempo.

—● Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 19)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativos Financeiros	16	54
Total	16	54

A 31 de dezembro de 2015, de acordo com a avaliação fornecida por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.), a empresa não possui qualquer instrumento financeiro derivado (*swaps* de cobertura de taxa de juro) potencialmente favorável.

As variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros derivados são registadas pelo valor líquido entre os ganhos e as perdas na rubrica da Demonstração de Resultados "Aumentos/Reduções de Justo Valor".

À data de referência para a apresentação destas Demonstrações Financeiras, a empresa tem somente registado na rubrica de Ativos Financeiros Detidos para Negociação o justo valor a 31 de dezembro de 2015, das ações do Millennium BCP adquiridas à sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

—● Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 20)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente a empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Especificamente, no que respeita a material circulante, existiam, no final do ano 2015, 130 unidades classificadas como ativo não corrente detido para venda cujo seu valor líquido contabilístico, antes da constituição de imparidades adicionais era de €7,6 milhões.

Deste universo, verificava-se que 97% do valor do material estava circunscrito a cinco séries de material: UTD 600, Locomotivas 2600, Allan 350, Locomotivas 1550 e 1960, num total de 63 unidades.

No âmbito do processo de encerramento das contas, foi realizada uma análise aos valores das séries que fazem parte do universo dos 97%, tendo em consideração os valores dos subsídios ao investimento que ainda faltavam reconhecer e o valor residual expetável em resultado da sua venda como sucata.

Tendo em consideração o período decorrido desde a classificação dos ativos nesta categoria e, apesar de a empresa se manter fortemente empenhada na sua venda, entendeu-se pertinente a constituição de um reforço da imparidade de +/- 15% sobre o valor contabilístico do material, de modo a ajustar o seu valor ao possível valor de mercado que, neste momento, é o valor de sucata, uma vez que não existem clientes interessados e a empresa não espera vir a recuperar o investimento realizado através da afetação do material à atividade de transporte. Este ajustamento correspondeu a um impacto negativo de €1,4 milhões nas contas da empresa e incidiu nas séries de material com maior valor uma vez que as restantes séries já se encontravam com um valor contabilístico inferior ao valor de sucata. Assim, o valor contabilístico líquido deste material, após a constituição desta provisão, passou dos 7,6 milhões de euros referidos anteriormente para 6,3 milhões de euros com referência a 31 de dezembro de 2015.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda fica com o valor de zero conforme detalhe abaixo:

(valores em euros)

Descrição	Valor contabilístico	Subsídios a reconhecer	Valor sucata	Imparidade	(1)-(2)-(3)-(4)
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Várias séries	16 628 262	3 359 973	2 892 637	10 375 652	-

No que respeita aos edifícios classificados em ativos não correntes detidos para venda foi efetuado um reforço da imparidade constituída de 121.905 euros, fruto de avaliações recentes efetuadas aos imóveis.

De referir ainda que foram vendidos, no decorrer do ano 2015, os imóveis designados Infantário da Parede e Edifício de Vila Nova de Famalicão.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	1 744 117	3 295 378
Edifícios e outras construções	11 564 741	12 137 627
Equipamento básico (a)	6 252 590	7 937 354
Total	19 561 448	23 370 359

(a) Esta rubrica no exercício de 2015 inclui uma imparidade no montante - €1 405 688

—● Capital Realizado (nota 21)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 50/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, o capital estatutário da empresa é de 1.995.317.000 euros, sendo detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa. Este capital encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2015.

Nos meses de março, junho e setembro de 2015, na sequência de Despachos Conjuntos da Ministra das Finanças e do Ministro da Economia, foram aprovados aumentos do capital estatutário, a subscrever pelo Estado em numerário, o primeiro, no valor de 84,683 milhões de euros, foi integralmente realizado entre março e abril de 2015; o segundo, no valor de 535,5 milhões de euros, foi integralmente realizado entre junho e julho de 2015, e o terceiro, no valor de 63,3 milhões de euros, foi realizado entre setembro e novembro de 2015. A rubrica de Capital realizado apresenta assim, em termos acumulados, em 2015, um aumento de 683,483 milhões de euros, a que corresponde o valor do capital realizado pelo Estado no decorrer do período. Assim, no final do ano 2015 a empresa apresenta um capital realizado de 2.678.800.000 euros.

—● Ações (Quotas) Próprias (nota 22)

Não sendo uma sociedade por ações ou por quotas, a 31 de dezembro de 2015 a empresa não detém ações ou quotas próprias.

—● Outros Instrumentos de Capital Próprio (nota 23)

O Estado português, único detentor da CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2015.

—● Reservas Legais (nota 24)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

—● Outras Reservas (nota 25)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

—● Resultados Transitados (nota 26)

No seguimento da aprovação pela Tutela dos documentos de prestação de contas a empresa tem

procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios para resultados transitados.

Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, o saldo de excedentes de revalorização está registado nesta rubrica, tendo sido mantido o controlo dos montantes realizados e não realizados, e destes, os que estão disponíveis ou não para distribuição aos acionistas ou para cobertura de prejuízos ou para aumento de capital, de acordo com a legislação aplicável.

Material circulante

A empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respetivas amortizações acumuladas, dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de fevereiro.

Outros ativos fixos tangíveis

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esses ativos ficaram valorizados ao preço de mercado, registado nas contas da CP como reavaliação livre, com depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada. Este trabalho foi coordenado

pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51.989.137 euros.

As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2015 constam no quadro que segue:

(valores em euros)

Contas	Saldo inicial	Reavaliações registadas	Inc. cap.	Outras transf.	Saldo final
Equipamento básico: Material circulante					
56100001-Exced.reval.não realiz. - DL	9 947 929	-	-	(1 397 001)	8 550 928
56100002-Exced.reval.não realiz. - 95	9 834 739	-	-	(1 240 857)	8 593 882
Sub-total	19 782 668	-	-	(2 637 858)	17 144 810
Terrenos, edifícios, equipamento administrativo, transporte e básico (excepto material circulante)					
56100003-Exced.reval.não realiz. - 99 Est.	16 479 214	-	-	(167 120)	16 312 094
56100004-Exced.reval.não realiz. - 99 CP	11 739 641	-	-	(27 723)	11 711 918
Sub-total	28 218 855	-	-	(194 843)	28 024 012
Total	48 001 523	-	-	(2 832 701)	45 168 822

As transferências para resultados transitados foram efetuadas de acordo com a realização dos bens verificada no exercício, tendo em consideração a possibilidade de segregação pelas respetivas contas de reservas de reavaliação de 1995, 1997 e 1999.

De realçar, no que diz respeito aos 'terrenos, edifícios, equipamento administrativo, transporte e básico (exceto material circulante)', que, para efeitos fiscais, o valor de reavaliação corresponde ao seu valor de aquisição.

—● Ajustamentos em Ativos Financeiros (nota 27)

O detalhe das variações nesta rubrica face a 2015 são apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	(132 640)	(132 640)
Total	(132 640)	(132 640)

—● Outras Variações no Capital Próprio (nota 28)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	130 960 399	161 022 758
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Outras	-	-
Total	222 317 767	252 380 126

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	832 735	947 295
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	5 839 594	6 713 528
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	4 517 474	4 864 970
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	12 346 840	13 296 585
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	3 175 253	3 492 778
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	484 361	535 228
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	743 875	784 846
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	422 712	462 615
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	18 928 830	20 016 260
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	15 717 908	16 557 653
59301008 PIDDAC-Sub Proj Convel	-	-
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	596 507	660 367
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	390 009	390 009
59301011 PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	-	16 127
59301012 PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	(162 556)	18 964 832
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	1 794 303	2 667 674
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	218 455	246 343
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	(21 053)	2 477 272
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc. Máx 45 Carrug Moderniz	105 071	132 704
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	460 740	496 322
59301026 PIDDAC-Sub Sist Escalas Pess e Rotaç de Material	-	4 861
59301027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	1 205 312	1 310 313
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	33 186	58 075
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	349 444	376 852
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	344 876	372 284
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	262 536	282 731
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	76 211	97 986
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	60 738	99 098
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	105 948	124 924
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	214 148	230 516
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	490 875	527 691
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	71 187	93 668
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	341 682	366 235
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	58 075	82 965
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	149 965	166 178
59301042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	83 794	-
59301043 PIDDAC-Grande Reparação -Cr R- R2 461	209 485	-
59301044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	128 833	-
59301045 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	110 711	-
59301046 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	143 312	-
59301047 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	86 681	-
59301048 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	143 512	-
59301049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	57 571	-
59301050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	86 357	-
59301051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	174 478	-
59301052 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	144 468	-
59301053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	67 308	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	1 001 227	1 106 378
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1 453 178	1 533 215
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	33 713 899	35 648 247
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	20 226 056	21 338 724
59301106 FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	-	116 802
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1 196 088	1 324 138
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	903 370	903 370
59301510 Sub Projecto CP/KIDS	-	-
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	474 888	535 512
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	400 142	598 587
Total	130 960 399	161 022 758

—● Provisões (nota 29)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	8 800 129	104 659	4 142 399	512 069	4 250 320
Acidentes ferroviários	891 111	434 071	-	-	1 325 182
Investimentos financeiros	87 637 182	416 432	83 526 604	985 728	3 541 282
Outras	55 250	245 801	-	-	301 051
Total	97 383 672	1 200 963	87 669 003	1 497 797	9 417 835

A variação da rubrica de provisões deve-se essencialmente (i) à anulação, em 2015, da responsabilidade pelos capitais próprios negativos com a participada CP Carga, decorrente do aumento de capital por entradas em espécie (transferência de locomotivas afetas ao transporte de mercadorias), e (ii) ao acordo estabelecido com os trabalhadores para inclusão dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, que resultou na conclusão de parte dos processos laborais provisionados em anos anteriores.

—● Financiamentos Obtidos (nota 30)

No final do exercício de 2015 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	178 834 063	221 514 251
Empréstimos por obrigações	700 000 000	700 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(7 425 023)	-
Outros financiadores	2 152 570 000	2 608 084 000
Total	3 023 979 040	3 529 598 251
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	42 684 858	245 942 688
Outros financiadores	455 514 000	358 900 000
Total	498 198 858	604 842 688

A redução da dívida remunerada entre 2015 e 2014 resultou das dotações de capital atribuídas pelo Estado para amortização dos financiamentos com vencimento em 2015, bem como do esforço realizado pela empresa no sentido de assegurar a sua atividade de exploração com os meios libertos pela sua atividade..

Relativamente à estrutura da dívida, mantém-se a característica, já verificada no final de 2014, do peso significativo da dívida de médio e longo prazo (cerca de 86%) tendo como principal contributo o empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o Estado Português no último trimestre de 2014.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	42 684 858	245 942 687
De 1 a 5 anos	122 500 730	127 487 585
A mais de 5 anos	56 333 333	94 026 667
Empréstimos por obrigações		
Até 1 ano	-	-
De 1 a 5 anos	500 000 000	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(621 447)	-
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(6 803 576)	-
Outros financiadores (inclui Estado)		
Até 1 ano	455 514 000	358 900 000
De 1 a 5 anos	1 622 056 000	1 597 056 000
A mais de 5 anos	530 514 000	1 011 028 000
	3 522 177 898	4 134 440 939

À data de 31 de dezembro de 2015, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes	Total
Empréstimos bancários	42 684 858	36 055 188	28 067 209	20 685 000	37 693 333	56 333 333	221 518 921
Empréstimos por obrigações	-	-	-	499 378 553	-	193 196 424	692 574 977
Outros financiadores	455 514 000	380 514 000	380 514 000	380 514 000	480 514 000	530 514 000	6 130 261 898
Total	498 198 858	416 569 188	408 581 209	900 577 553	518 207 333	780 043 757	3 522 177 898

● Outras Contas a Pagar (nota 31)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	31 926 392	11 061 019
Total	31 926 392	11 061 019
Corrente		
Fornecedores de investimentos	143 797	2 641 137
Devedores por acréscimos de rendimento	-	1 607 311
Benefícios pós-emprego	-	-
Credores por subscrições não liberadas	38 321 962	34 525 341
Outros devedores e credores	4 871 797	2 115 900
Credores por acréscimo de gastos	107 274 319	57 858 739
Pessoal	75 230	676
Adiantamentos de clientes	70 877	54 616
Total	150 757 982	98 803 720

A variação registada no ativo não corrente resulta do ajustamento do valor das responsabilidades com pensões por Acidentes de Trabalho, no âmbito da adesão ao regime especial aplicável aos ativos por imposto diferido, conforme disposto na Lei 61/2014, de 26 de agosto, e do reconhecimento da responsabilidade de liquidação da dívida histórica resultante da integração dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, em resultado de acordo formalizado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, a qual será paga até ao exercício de 2019.

As responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de dezembro de 2015, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no

exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 2,25%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2015.

No ativo corrente, a variação mais significativa face ao exercício de 2015 regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos, e respeita a juros a liquidar, bem como ao acréscimo dos encargos para a empresa, a pagar em 2016, em resultado do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias.

● Fornecedores (nota 32)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores c/c		
Gerais	16 204 729	14 254 493
Empresas subsidiárias	2 538 398	4 881 323
Empresas associadas	468 566	779 260
Empreendimentos conjuntos	143 117	732 068
Outras partes relacionadas	213 519	99 503
Fornecedores - títulos a pagar	-	-
Facturas em receção e conferência	1 494	13 748
	19 569 823	20 760 395

O aumento do saldo de fornecedores gerais respeita unicamente a dívidas não vencidas, nomeadamente com o gestor de infraestruturas.

—● Adiantamentos de clientes (nota 33)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Adiantamentos de clientes	1 815 470	295 470
	1 815 470	295 470

A variação registada face a 2014 resulta de adiantamento efetuado à CP, pela *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*, no âmbito da assinatura do acordo de referência para a venda da CP Carga.

—● Passivos Financeiros Detidos para Negociação (nota 34)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Derivados potencialmente desfavoráveis	1 291 916	3 703 566
	1 291 916	3 703 566

Tal como referido na nota relativa aos Ativos financeiros detidos para negociação, o montante registado nesta rubrica resulta de valorização efetuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.) do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro) detidos pela empresa.

A valorização em 31.12.2015, respeita ao único *swap* existente em carteira, cuja maturidade vai até abril de 2016 e está associado a um financiamento da Eurofima.

—● Vendas e Serviços Prestados (nota 35)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Vendas		
Serviços prestados		
Passageiros	227 126 927	220 519 085
Redes	745 024	752 970
Manut./alug./limp. material circulante	14 057 216	18 741 178
Comboio Socorro	1 365 278	1 410 380
Indemnização por danos	515 797	381 666
Limpeza/segurança	116 739	119 124
Serv.informáticos/contabil./outros	1 252 686	1 501 486
Outros Metro Mondego	911 723	1 019 113
Outros serviços	2 259 095	1 337 255
Descontos e abatimentos em vendas	(6 567 390)	(6 023 380)
Total	241 783 095	239 758 877

O acréscimo verificado deve-se essencialmente ao aumento das vendas de bilhetes, como reconhecimento do esforço contínuo da CP em diversificar, promover e consolidar a sua oferta e atividade comercial.

Registou-se uma diminuição dos rendimentos relacionados com o aluguer de material circulante, em resultado da transferência de material para a CP Carga.

—● Subsídios à Exploração (nota 36)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2014 e 2015:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
(Indemnizações compensatórias)	-	17 789 622
(Formação IEFP)	-	26 771
(Andante)	-	-
(PAII)	-	71 684
(CP/KIDS)	-	16 575
Total	-	17 904 652

De salientar a ausência, em 2015, de apoio financeiro do Estado, através de subsídios à exploração, ao serviço público prestado pela empresa.

—● Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 37)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(11 706 062)	(5 655)
Ganhos	-	-
Aplicação do método da equivalência patrimonial	2 020 903	1 232 104
Total	(9 685 159)	1 226 449

Os valores reconhecidos em 2015 são o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da EMEF (1.528.265 euros), da Saros (408.610 euros), da OTLIS (84.028 euros) e da CP Carga, SA (-11.706.062 euros).

—● Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 38)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 985 193	7 715 510
Total	5 985 193	7 715 510

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 82% (4.863.099,81 euros) do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível reduziu em resultado da diminuição do preço do combustível.

—● Fornecimentos e Serviços Externos (nota 39)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Subcontratos:		
Limpeza instalações	(365 410)	(414 636)
Limpeza material circulante	(2 518 333)	(2 343 679)
Vigilância	(2 240 440)	(2 434 556)
Serviços adicionais e auxiliares	(2 182 671)	(1 991 462)
Serviços restauração	(2 743 400)	(2 650 045)
Acordo CP/Renfe	(4 117 257)	(4 310 187)
Outros subcontratos	(6 412 012)	(6 135 856)
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	(33 830 384)	(32 767 590)
Trabalhos especializados	(1 131 462)	(937 479)
Vigilância e segurança	(141 173)	(22 983)
Utilização material circulante	(471 459)	(471 459)
Outros serviços especializados	(1 616 390)	(1 591 270)
Material	(177 410)	(163 784)
Energia e fluidos:		
Electricidade	(29 976 611)	(29 366 041)
Combustíveis	(161 092)	(204 786)
Água	(117 550)	(138 259)
Outros	-	(425)
Deslocações, estadas e transportes	(439 007)	(348 285)
Cont° CP/ACE (EMEF/Siemens)	(8 169 156)	(9 114 527)
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres:		
Taxa uso infraestrutura	(55 697 077)	(61 976 054)
Outras rendas e alugueres	(10 504 855)	(11 028 733)
Comunicação	(603 897)	(759 112)
Seguros	(198 588)	(242 688)
Outros serviços	(262 271)	(524 733)
Total	(164 077 905)	(169 938 629)

Em 2015, verificou-se, por parte da CP, a continuação do esforço na procura da poupança, racionalizando gastos suportados e procedendo à renegociação dos contratos em vigor. No entanto, as reduções significativas já alcançadas em anos anteriores, limitaram a capacidade de redução dos valores contratados.

Assim, a redução registada ao nível dos fornecimentos e serviços resulta essencialmente da diminuição das tarifas associadas à taxa de utilização das infraestruturas.

—● Gastos com Pessoal (nota 40)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	(365 293)	(409 534)
Remunerações do pessoal	(74 831 060)	(70 593 896)
Indemnizações	(2 422 539)	(2 421 457)
Acordo dos variáveis	(22 017 368)	
Encargos sobre remunerações	(16 658 725)	(15 605 677)
Encargos sobre variáveis	(5 229 125)	
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(1 439 607)	(1 405 680)
Gastos de acção social	(272 810)	(244 027)
Outros gastos com o pessoal	(2 766 485)	(12 661 857)
Total	(126 003 012)	(103 342 128)

NA: Não Aplicável

Em 2015, foi registado nas contas de gastos com pessoal o valor da responsabilidade decorrente de acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídios de férias.

Se excluirmos o impacto deste acordo, cujos valores ascendem a 27,2 milhões de euros, verifica-se uma redução dos gastos com pessoal de cerca de 4,6 milhões de euros.

De referir, no entanto, que em 2014 se verificou um aumento dos gastos com pessoal em 8,1 milhões de euros, em resultado de se ter efetuado um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho vitalícias, resultantes de acidentes ocorridos até 31 de dezembro de 1999, data até à qual, por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 de julho, a CP estaria obrigada a assumir estes encargos, no valor de 11,1 milhões de euros.

Assim, retirando o efeito deste ajustamento realizado em 2014, verificar-se-ia um aumento dos gastos com pessoal de cerca de 6,5 milhões de euros. Este aumento decorre de, a partir de 1 de janeiro de 2015, ao abrigo do artigo 4º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, ter sido revertida em 20% a redução remuneratória temporária até aqui verificada. De referir ainda o aumento dos gastos relacionados com trabalho extraordinário.

Em 2015 registou-se uma redução no efetivo da empresa de 34 trabalhadores.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2015 e 2014 por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Órgãos sociais *	6	7
Directores/chefias superiores		
Quadros superiores	259	261
Quadros médios	14	14
Chefias intermédias	235	237
Profissionais altamente qualificados	2 105	2 126
Profissionais semi-qualificados	65	73
Contratados a prazo	-	-
Total	2 684	2 718

* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

—● Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 41)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Perdas		
Ativos não correntes detidos para venda	(1 405 688)	(437 474)
Em investimentos financeiros	(92 352 864)	-
Reversões		
Ativos não correntes detidos para venda	373 329	11 051 366
Total	(93 385 223)	10 613 892

Em 2015 o valor total das imparidades relacionadas com ativos não correntes detidos para venda apresentou um reforço de 1,03 milhões de euros, enquanto no período homólogo se verificou uma reversão de imparidades de 10,6 milhões de euros.

O reforço efetuado em 2015 deve-se ao ajustamento da totalidade da imparidade destes bens, pelo que o valor líquido do material circulante classificado nesta classe, descontado do valor residual de sucata e subsídios de investimento, é nulo. Foi ainda ajustado o valor dos edifícios classificados como ativos não correntes detidos para venda em função das últimas avaliações realizadas

No que respeita aos investimentos financeiros, foi reconhecida uma imparidade com a participada CP Carga, que resulta da aplicação dos termos do acordo de venda desta empresa, assinado em 19 setembro de 2015 e efetivado em 20 de janeiro de 2016.

—● Outros Rendimentos e Ganhos (nota 42)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Rendimentos suplementares	16 371 663	15 144 813
Ganhos em inventários	13 312	680 691
Restantes ativos financeiros	2 846 087	236 845
Investimentos não financeiros	19 893 912	13 234 120
Outros	32 951 405	16 995 017
Total	72 076 379	46 291 486

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta um aumento de cerca de 25,8 milhões de euros, em resultado de ganhos relacionados com a transferência de ativos da CP para a CP Carga, nomeadamente relacionados com mais-valias decorrentes de avaliação do material transferido e do reconhecimento de subsídios ao investimento referentes a esse material.

—● Outros Gastos e Perdas (nota 43)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Impostos	(157 894)	(114 400)
Dívidas incobráveis	(34 450)	(950 617)
Perdas em inventários	(27 302)	(10 469)
Investimentos não financeiros	(530 358)	(5 621 900)
Outros	(2 644 677)	(3 913 183)
Total	(3 394 681)	(10 610 569)

Regista-se uma diminuição dos outros gastos e perdas em 7,2 milhões de euros em resultado fundamentalmente da redução, face a 2014, dos abates de material circulante e da quebra dos gastos relacionados com o reconhecimento de dívidas incobráveis.

—● Aumentos/Reduções Justo Valor (nota 44)

A rubrica de aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Ganhos		
Instrumentos financeiros	2 411 650	65 455 632
Total	2 411 650	65 455 632

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de derivados, em 31 de dezembro 2015, bem como de alterações à sua composição, comparativamente a igual período do ano anterior. Conforme referido anteriormente a avaliação destes derivados é assegurada por entidade externa.

—● Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 45)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(58 882 428)	(65 003 641)
Ativos intangíveis	-	(76 344)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	15	16 493
Total	(58 882 413)	(65 063 492)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Em 2015 verificou-se uma diminuição do valor das depreciações, face a 2014, em cerca de 6,2 milhões de euros, com origem essencialmente no equipamento básico (material circulante), devido à diminuição do investimento realizado, à transferência de material para a CP Carga e ao abate ou término do período de depreciação dos bens.

—● Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 46)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	(260 427)	(5 169 011)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	1 418 491	462 034
Total	1 158 064	(4 706 977)

A imparidade de investimentos depreciáveis reconhecida no exercício respeita essencialmente a perdas de imparidade resultantes de acidentes em material circulante.

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado.

—● Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 47)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Juros obtidos	4 436 572	5 186 237
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	1 607
Total	4 436 572	5 187 844

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com empréstimos a empresas participadas.

—● Juros e Gastos Similares Suportados (nota 48)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Juros suportados	(96 507 801)	(197 706 315)
Outros gastos e perdas	(10 937 530)	(6 310 669)
Total	(107 445 331)	(204 016 984)

Os encargos financeiros tiveram um forte decréscimo em 2015, essencialmente devido à redução da dívida e à manutenção das taxas de mercado a níveis historicamente baixos.

—● Passivos Contingentes (nota 49)

Não aplicável.

● Ativos Contingentes (nota 50)

Não aplicável.

● Divulgação de Partes Relacionadas (nota 51)

A CP realiza frequentemente parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2015, a estrutura acionista da empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

(Participação %)

Participações	31-12-2015	31-12-2014
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
OTLIS, ACE	14%	14%

A CP detém também participação indireta e controlo noutras empresas do grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

- SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF).
- NOMAD Tech (detida em 35% pela EMEF)

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	5 629 681	5 865 041
CP CARGA, SA	24 530 289	32 954 442
FERNAVE, SA	197 642	343 487
SAROS,Lda	8 838	290 843
ECOSAÚDE, SA	53 787	74 468
Associadas		
TIP, ACE	4 069 037	1 236 811
OTLIS, ACE	3 934 366	3 107 650
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	119 273	119 584
total	38 542 913	43 992 326
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA (*)	(29 807 697)	(28 317 278)
CP CARGA, SA	(902 960)	(563 674)
FERNAVE, SA	(645 977)	(652 953)
ECOSAÚDE, SA	(770 779)	(779 131)
Associadas		
TIP, ACE	(620 157)	(605 241)
OTLIS, ACE	(142 527)	(109 294)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	(8 473 762)	(9 626 032)
Total	(41 363 859)	(40 653 603)

(*) O valor da faturação emitida por esta participada, encontra-se classificado na CP em gastos e em investimento.

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	7 255 138	13 983 257
CP CARGA, SA	-	(671 114)
FERNAVE, SA	311 449	732 500
Associadas		
TIP, ACE	-	6 360
OTLIS, ACE	5 520	41 100
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-	50 145
Total	7 572 107	14 142 248

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015		31-12-2014
	Valor bruto	Imparidades	
Ativos			
Investimento			
Subsidiárias			
EMEF, SA	20 411 958		17 821 824
CP CARGA, SA	71 272 682	(71 272 682)	71 272 682
FERNAVE, SA	2 600 000		5 468 551
ECOSAÚDE, SA	300 000		500 000
Clientes e out. contas receber			
Subsidiárias			
EMEF, SA	14 154		88 185
CP CARGA, SA	47 319 321	(32 966 492)	30 350 666
FERNAVE, SA	39 850		22 658
SAROS,Lda	1 041		729
ECOSAÚDE, SA	5 707		4 943
Associadas			
TIP, ACE	501 639		337 438
OTLIS, ACE	123 245		29 985
Empresas com participação indirecta			
EMEF / SIEMENS, ACE	33 628		400
Passivos			
Fornecedores e out. contas pagar			
Subsidiárias			
EMEF, SA	(2 346 495)		(7 344 437)
CP CARGA, SA	(223 923)		(66 391)
FERNAVE, SA	-		(75 028)
ECOSAÚDE, SA	(74 136)		(37 680)
Associadas			
TIP, ACE	(583 757)		(901 175)
OTLIS, ACE	(119 273)		8 038
Empresas com participação indirecta			
EMEF / SIEMENS, ACE	(454 898)		(982 324)
Total Ativo + Passivo	138 820 743	(104 239 174)	116 499 064

● Garantias e Avals (nota 52)

Garantias e avals prestados pela CP a empresas do grupo e associadas:

Garantias prestadas a favor da CP:

● Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 53)

No que respeita a acontecimentos após a data de

balanço, ressalva-se:

- A concretização da venda da CP Carga, que ocorreu no dia 20 de janeiro de 2016. Os impactos

(valores em euros)

Empresa	Valor
EMEF (cartas conforto)	10 898 627 *
EMEF (fiança)	3 062 500
Fernave (cartas conforto)	200 000 **
Fernave (garantia)	7 776
CP Carga (Livrança)	3 847 755
CP Carga (Garantia)	24 009 270

* Inclui linhas de crédito no valor de 6,9M€ sem utilização em 31.12.2015

** linha de crédito sem utilização em 31.12.2015

esperados relacionados com o processo de venda

(valores em euros)

Empresa	Valor
Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	721 514 251
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	501 418

foram ainda reconhecidos no ano 2015 através da constituição de imparidades, com um impacto líquido nas contas da empresa de 85 milhões de euros;

- Assinatura de adenda ao contrato de financiamento assinado em 2014 com o Estado Português prorrogando o vencimento dos juros;
- A renovação dos empréstimos da CP às suas empresas participadas, ao abrigo do Plano de Atividades e Orçamento de 2015, dada a incapacidade destas libertarem fundos que possibilitem a sua amortização ou de conseguirem financiamentos alternativos junto da banca comercial.





6 Documentos Anexos



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 711.053.422 euros e um total de capital próprio negativo de 3.031.042.660 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 278.426.115 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.*, em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que a Empresa, cujo Relatório e Contas do exercício de 2014 ainda não se encontra aprovado pela Tutela, tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de



montante significativo, apresentando, em 31 de Dezembro de 2015, um total de capital próprio negativo de 3.031.042.660 euros. Apesar de o endividamento ter diminuído 612.263.041 euros, continua a verificar-se que, naquela data, a Empresa mantém um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado por capitais alheios, maioritariamente do Estado Português. Assim, a continuidade das operações da Empresa e, conseqüentemente, a realização dos seus ativos, nomeadamente os operacionais, depende essencialmente do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Empresa, e do sucesso futuro das suas operações.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 29 de abril de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, E.P.E (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 711.053.422 euros e um total de capital próprio negativo de 3.031.042.660 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 278.426.115 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

- 8. Sem afetar a nossa opinião no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que a Empresa tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014, cujo Relatório e Contas não foi ainda aprovado pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2015, um total de capital próprio negativo de 3.031.042.660 euros. Adicionalmente, salientamos que no período em análise se verificou uma diminuição significativa dos financiamentos, no valor de 612.263.041 euros. No entanto, a Empresa continua a possuir um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado pela Tutela Sectorial e Financeira. Assim, a continuidade das operações da Empresa e por conseguinte a realização dos seus ativos, nomeadamente, do material circulante e de outros ativos operacionais, e a classificação dos seus passivos, continua a depender do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Empresa, e do sucesso futuro das suas operações.

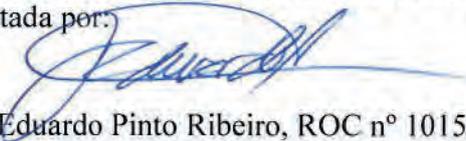
Relato sobre outros requisitos legais

- 9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 29 de abril de 2016

PINTO RIBEIRO, LOPES RIGUEIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS INDIVIDUAIS 2015 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, o artigo a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, e a proposta de aplicação de resultados da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2015, atento à certificação legal emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e ao relatório de auditoria do Auditor Externo, sobre as demonstrações financeiras desse ano.

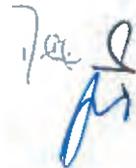
Em conformidade com as orientações do acionista Estado, nomeadamente as constantes no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 714, de 12 de fevereiro de 2016, compete igualmente ao Conselho Fiscal a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias vigentes em 2015, bem como a aferição do cumprimento da apresentação do Relatório anual de boas práticas do governo societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre aquelas matérias, conforme previsto no n.º 2 do artigo 54º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

Assinale-se, a título enquadrador e informativo no âmbito do presente parecer, que:

- A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus estatutos e pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o RJSPE;
- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da CP, aprovados pelo Conselho de Administração, foram elaborados em conformidade com os artigos 65º, 66º e 66ºA do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, respetivamente;
- As participações financeiras noutras empresas encontram-se reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), sempre que existe controlo ou influência significativa sobre as empresas participadas pela CP, enquanto para as restantes participações, são reconhecidas ao custo de aquisição menos as perdas de imparidade determinada pela empresa, dado não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor;

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.



- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda³ notificação de 2014 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais⁴ (SEC 2010), a CP passou a ser incluída no perímetro das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais.
- Pelo Decreto-Lei n.º 69/2015, de 6 de maio, foi aprovado o processo de reprivatização da CP Carga, tendo através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 52-B/2015, sido selecionado a Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários SA, para proceder à aquisição das ações representativas de até 100% do capital daquela participada da CP.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- Reuniões com membros do Conselho de Administração de forma a seguir o desempenho da empresa;
- Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- Realização de reunião com os Auditores Externos;
- Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- Emissão de parecer sobre o aumento de capital da CP Carga;
- Emissão de parecer sobre a aquisição de imóveis pela CP à FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA (FERNAVE);
- Emissão de parecer sobre o aumento de capital e alienação de ações da FERNAVE;
- Elaboração de relatórios trimestrais que incidiram sobre os relatórios de gestão que correspondem a análises trimestrais de execução orçamental, apresentados pelo Conselho de Administração;
- Emissão do parecer referente ao Plano de Atividades e Orçamento 2016 da CP.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério do

³ Emitida em setembro de 2014.

⁴ SEC 2010.

Planeamento e das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contrato são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)⁵, que abarca o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, ao considerarem o contrato em vigor inadequado, acordaram a sua revogação, estando em curso o processo para a celebração de um novo contrato.

A atividade da empresa no exercício de 2015 foi, assim, enquadrada pelas orientações, de médio e longo prazo, constantes no PET, incorporando ainda as orientações contidas no Orçamento do Estado⁶, tendo sido estruturada de modo a atingir o equilíbrio financeiro a nível operacional, incidindo o foco na promoção da eficiência, nomeadamente através de:

- Adequação da oferta face à procura;
- Redução dos gastos;
- Melhoria da eficiência dos serviços prestados;
- Combate à quebra na procura através de uma eficiente política de preços pela criação de plataformas digitais;
- Manutenção da paz social com os trabalhadores;
- A rentabilização de ativos não afetos à atividade principal da empresa;
- Sustentabilidade das empresas participadas.

A CP, em 2015, transportou cerca de 112 milhões de passageiros, o que representou um aumento de perto de 2% (cerca de 2,2 milhões de passageiros) comparativamente a 2014, tendo este crescimento sido transversal em todos os serviços da CP, com maior expressão para os serviços de longo curso com um aumento de 5% em relação ao ano anterior.

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP prosseguiu o processo de reajustamento no sentido de reestruturar e redimensionar os serviços, tendo em 2015 reduzido em 34 o número de trabalhadores, dos quais 7 por rescisão por mútuo acordo, tendo este valor ficado aquém do objetivo fixado para o exercício em análise, justificado, essencialmente por não existirem condições para acesso ao subsídio de desemprego.

⁵ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro.

⁶ Relativas, designadamente, aos gastos com o pessoal e à utilização gratuita dos transportes públicos.



A CP realizou, num contexto de restrições financeiras impostas pelo acionista Estado, um total de apenas 8 milhões de euros de investimentos face aos 17,9 milhões de euros previstos para 2015, na sua maioria em material circulante (79%) e em equipamento e instalações fixas (15%), de forma a assegurar as intervenções consideradas pela empresa como indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material e das instalações ferroviárias, bem como para concluir os projetos que se encontravam curso no início do período em análise.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A CP encerrou o exercício de 2015 com um resultado líquido negativo de 278,4 milhões de euros, que comparam com os 159,8 milhões de euros registados no exercício anterior, apresentando, assim, um agravamento de 118,6 milhões de euros (74%).

Esta situação foi resultado essencialmente do acordo de venda direta da CP Carga, com um impacto líquido negativo nos resultados da empresa de 85 milhões de euros, da ausência de qualquer indemnização compensatória por parte do Estado pela prestação do serviço público⁷ o que representou uma diminuição de 17,9 milhões de euros face ao ano de 2014, bem como da diminuição verificada dos rendimentos e ganhos extraordinários face aos registados em 2014 decorrentes, designadamente, da venda naquele ano à REFER dos terminais de mercadorias e de um dos edifícios da CP, no valor global de 14,7 milhões de euros.

No que importa às rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 258,9 milhões de euros (-27%) face ao registado em 2014, resultante, em larga medida, dos seguintes factos:

1. Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 144,9 milhões de euros em resultado da transferência do material circulante para a CP Carga;
2. Diminuição do valor de participações financeiras – MEP em 69,8 milhões em virtude do ajustamento da participação da empresa na CP Carga e do valor dos créditos concedidos àquela empresa, decorrente do acordo de referência para a venda daquela participada da CP;
3. Diminuição do saldo de clientes e de outras contas a receber em 15,2 milhões de euros, motivada pelo ajustamento da dívida da CP Carga em resultado da venda dos créditos no âmbito da reprivatização;
4. Transferência dos diferimentos relativos a juros no valor de 7,1 milhões de euros para a rubrica de financiamentos pela aplicação do modelo do custo amortizado na valorização dos empréstimos obrigacionistas;
5. Diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários em 17,1 milhões de euros.

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se um desagravamento para os 3.031 milhões de euros negativos face ao registado em 2014 no montante de 3.406 milhões de euros igualmente

⁷ Excluem-se os montantes correspondentes exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante.



negativos. Tal variação positiva decorre dos aumentos de capital realizados pelo Estado em 2015 no montante de 683,5 milhões de euros.

É de destacar ainda que, pelo facto do capital próprio encontrar-se negativo, existe a obrigação de proceder, nos termos previstos do artigo 35º do CSC, à sua regularização nas condições nele definido. Tal situação foi objeto da ênfase na Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC, bem como no Relatório do Auditor Externo.

Destaque-se ainda que, ao abrigo do artigo 35º do RJSPE, sempre que as empresas apresentem capital próprio negativo nos últimos três exercícios económicos consecutivos, como é o caso da CP, deve o órgão de administração propor obrigatoriamente medidas destinadas a superar essa situação.

Por conseguinte, da análise ao referido Relatório de Gestão não se encontram quaisquer medidas propostas para superar esta situação tanto ao nível da CP como das suas participadas, conforme previsto no artigo 34º do RJSPE.

No que respeita ao Passivo, a CP registou uma diminuição de 633,9 milhões de euros destacando-se:

1. Diminuição dos financiamentos obtidos em 612,3 milhões de euros em virtude das dotações de capital atribuídas pelo Estado para assegurar o serviço da dívida histórica, bem como do facto de a empresa não ter contraído nenhum financiamento em 2015;
2. Diminuição das provisões constituídas em 68,8 milhões de euros em resultado da anulação da responsabilidade pelos capitais próprios negativos da CP Carga, decorrente do aumento de capital em espécie (locomotivas) e pelo acordo estabelecido com os trabalhadores no que se refere aos abonos variáveis e o encerramento dos processos laborais;
3. Diminuição do saldo relativo ao Estado e outros entes públicos em 3,1 milhões de euros pelo pagamento antecipado das contribuições para a Segurança Social e das retenções de IRS;
4. Aumento do saldo de fornecedores e de outras contas a pagar em 71,6 milhões de euros em resultado do acréscimo de gastos incluídos em outros credores, nomeadamente relacionados com juros a liquidar e com as responsabilidades decorrentes do acordo do abono das variáveis, celebrado com os trabalhadores;
5. Diminuição em 2,4 milhões de euros do valor potencialmente desfavorável do único instrumento financeiro derivado detido pela empresa para cobertura do risco de taxa de juro associado ao financiamento da Eurofima. De destacar que a variação positiva verificada, com contrapartida em resultados, resulta da mensuração efetuada por uma entidade externa e de acordo com as regras previstas pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27.

Em 2015, a demonstração de fluxos de caixa evidencia fluxos operacionais negativos em 25,7 milhões de euros, representando uma melhoria de 119,7 milhões de euros face a 2014, decorrente, essencialmente, do pagamento naquele ano da dívida histórica à Infraestruturas de Portugal, SA (IP), ex-Refer. Esta situação, já recorrente em anos anteriores, permite concluir que

a atividade operacional da empresa não gera recursos suficientes para autofinanciar-se, o que significa que não só não liberta meios para as atividades de investimento e de financiamento, como ainda precisa de suporte financeiro para as operações operacionais correntes, fazendo depender a continuidade da sua operação à obtenção de novos financiamentos apenas possível junto da DGTF ou de reforços do seu capital por parte do acionista Estado⁸, tal como ocorrido em 2015.

Nesta sequência, em 2015, por despachos conjuntos das tutelas financeiras e setorial, foi reforçado o capital estatutário da CP em 683,5 milhões de euros, o que permitiu à empresa proceder à redução da dívida remunerada em 604,8 milhões de euros, fixando-se, no final do exercício de 2015, o seu montante vincendo em 3,52 mil milhões de euros.

Tal facto permitiu que no exercício em análise, se verificassem fluxos positivos nas atividades de financiamento, em resultado dos referidos aumentos de capital e do decréscimo acentuado dos encargos financeiros suportados com financiamentos.

Neste contexto, o resultado financeiro apresenta uma melhoria em 95,8 milhões de euros em virtude da substituição de empréstimos de curto prazo por novos financiamentos de médio e longo prazo contraídos junto da DGTF com taxas de juros muito inferiores às praticadas pela banca comercial e, ainda, da descida acentuada das taxas de juro associados aos restantes financiamentos de médio e longo prazo para níveis historicamente baixos.

O EBITDA recorrente foi positivo em 3,8 milhões de euros, assinalando-se, no entanto, uma redução face a 2014 de 11 milhões de euros, em virtude de não terem sido atribuídas pelo Estado indemnizações compensatórias em 2015 contrariamente ao que sucedeu em 2014 e pelos motivos antes referidos⁹.

5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos das já referidas competências, cabe ao Conselho Fiscal proceder à análise, conforme se apresenta seguidamente, do cumprimento pela empresa das orientações vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), das orientações constantes do citado Ofício Circular da DGTF n.º 714, de 12 de fevereiro de 2016, designadamente as relativas às reduções remunerações em 2015, bem como à exigência constante no n.º 1 do artigo 54º do RJSPE que determina a obrigação da apresentação de um Relatório anual de Boas Práticas de Governo Societário, o qual deverá conter informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo referido regime jurídico aplicável ao SEE.

Da conformidade com o previsto nos artigos 65º, 66º e 66º-A do CSC, o Relatório de Gestão da CP traduz a observância daquelas disposições e de outras matérias legalmente em vigor,

⁸ Conforme já referido anteriormente, por força da integração da CP no setor Institucional das Administrações Públicas para efeitos do Orçamento do Estado, as necessidades de financiamento da empresa passaram a ser asseguradas pelo Estado, através de empréstimos concedidos pela DGTF, nos termos previstos do RJSPE, ou através de novas dotações de capital pelo seu Acionista Estado.

⁹ Decorrente da revogação do contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público».

cumprindo, na generalidade, com as orientações aplicáveis ao SEE, nomeadamente decorrente do RJSPE.

No que diz respeito ao Relatório autónomo de Boas Práticas de Governo Societário referente ao exercício em análise, o mesmo traduz, na generalidade, a observância das disposições legais em vigor e o cumprimento das orientações em vigor. Contudo, importa registar os seguintes factos:

-Tendo como referência o modelo definido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), o relatório obedece à estrutura definida, excetuando a falta de um sumário executivo e algumas lacunas existentes no detalhe da informação reportada, designadamente, na caracterização da composição do Conselho de Administração da empresa e nos pontos que de seguida se evidenciam;

- No que respeita às participações sociais e obrigações, não consta informação sobre as eventuais participações detidas pelos órgãos sociais (pessoas singulares), que no caso dos membros do Conselho de Administração, a eventual remissão para as declarações constantes do Anexo 1, enquanto naquilo que se aplica ao Conselho Fiscal, a indicação que nenhum dos seus membros detém participações na entidade fiscalizada ou noutras empresas que se relacionam com a CP;

- De igual modo, não é prestada informação expressa relativamente ao número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e fiscalização e a eventual existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa;

- O documento faz referência a um relatório anual através do qual são identificados os factos suscetíveis de constituir infração penal ou disciplinar, encontrando-se disponível no site da empresa o referente ao ano de 2013¹⁰;

- A ata do órgão de administração em que foi deliberada a aprovação do RGS não consta como anexo ao mesmo, bem como a ata do Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014, incluindo o RGS referente àquele ano.

A estrutura de governo da CP, atualmente em vigor, composta por um Conselho de Administração com quatro elementos (um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais), um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e um Conselho Consultivo¹¹, mostra-se adequada à respetiva dimensão e complexidade, pelo que cumpre o disposto na lei, nomeadamente o artigo 30.º e seguintes do RJSPE. Todavia há que registar que, desde o mês de julho de 2015, a empresa funciona apenas com um Presidente e dois vogais considerando a renúncia ao cargo da Vice-Presidente.

Relativamente às orientações do titular da função acionista, foram tidas ainda em consideração, para efeitos do presente relatório, as instruções da DGTF para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2015 (IPG), bem como as orientações em vigor para o SEE,

¹⁰ Elaborado em junho de 2014.

¹¹ Aguarda nomeação de todos os elementos que o integram.

700
A.



designadamente as decorrentes da Lei do Orçamento de Estado para 2015 e do RJSPE conforme já referido, pelo que importa salientar os seguintes aspetos:

- Não foram fixados objetivos de gestão para este exercício, sendo a atividade da empresa norteada pela proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2015, apresentada pelo Conselho de Administração;
- No que se refere à gestão do risco financeiro, e em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro, salienta-se que a atividade da CP encontra-se exposta ao risco de liquidez e ao risco de taxa de juro. Quanto ao primeiro, este risco encontra-se controlado em certa medida pelo facto da CP depender exclusivamente do suporte financeiro direto do Estado por ter sido reclassificada para o perímetro das administrações públicas. No que se refere ao segundo risco, destaca-se, desde já, que a empresa não procedeu em 2015 à contratualização de nenhum instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro, mantendo em carteira o único instrumento com aquela finalidade e cuja maturidade vai até abril de 2016. Neste mesmo âmbito, refira-se que, dando cumprimento ao artigo 72.º do RJSPE, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 75-A/2014, foi celebrado um contrato de mandato entre a CP e o IGCP, EPE, conferindo a este a gestão da carteira de derivados da CP. Relativo a outras medidas de gestão de risco, seria aconselhável uma análise de sensibilidade para uma variação de 1% na taxa de juro, por exemplo, abrangendo os financiamentos com taxa de juro variável, por forma a ser possível aferir o grau de exposição e os eventuais impactos previsíveis nos resultados da empresa em 2015;
- Em termos de endividamento, tal como assinalado antes, a CP não contraiu novos financiamentos durante o exercício de 2015;
- Não se registam pagamentos em atraso (“arrears”), no final de 2015, o que compara com os 0,6 milhões de euros do período homólogo anterior;
- As dotações de capital realizadas pelo Estado e os fundos gerados pelo desenvolvimento da atividade operacional permitiram à CP assegurar o pagamento atempado das responsabilidades para com os seus fornecedores e demais credores o que contribuiu para uma melhoria significativa do prazo médio de pagamentos (PMP), que no final de 2015 estava em 47 dias (em 2014 eram 266 dias). Sendo excluídas as dívidas à REFER, relativas à taxa de utilização da infraestrutura, o PMP situar-se-ia nos 34 dias;
- As contas relativas ao exercício de 2014, não foram ainda objeto de aprovação por parte do titular da função acionista;
- A CP demonstra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, (para os gestores públicos e equiparados, a partir de 1 de junho de 2010) e na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015, e com a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro¹² para os restantes cargos e demais pessoal abrangidos;

¹² Estabeleceu os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.



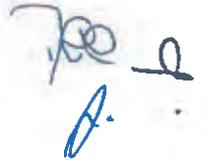
- Adicionalmente, e em cumprimento com o determinado no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (EGP), destaca-se que o Conselho de Administração não utilizou cartões de crédito¹³, nem foram reembolsados de despesas incorridas a título de representação pessoal;
- Sublinha-se ainda que em 2015, a empresa manteve o procedimento de não atribuir prémios de gestão, cumprindo desta forma com o previsto legalmente sobre esta matéria;
- Os membros do Conselho de Administração tiveram direito a um conjunto de regalias, designadamente, benefícios sociais, como seguro de saúde e de acidentes pessoais, atribuídos igualmente e de forma generalizada aos restantes colaboradores da empresa;
- A CP no âmbito dos procedimentos da contratação pública rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, sendo considerada entidade adjudicante do setor especial dos transportes. Nessa medida, utiliza as figuras de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades;
- A CP celebrou contratos com a EMEF – Empresa de Manutenção de Material Ferroviário, SA (EMEF, SA) para manutenção de material circulante e com a RENFE de aluguer de automotoras de valor superior a 5 milhões de euros;
- A CP aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 2010, pelo que caso a caso verifica as vantagens em utilizar os Acordos-Quadro subscritos pela ESPAP, IP;
- De igual forma, a CP também não se encontra vinculada ao Parque de Veículos do Estado, não obstante, a CP tem dado cumprimento às orientações vigentes nesta matéria, nomeadamente ao Ofício Circular da DGTF n.º 4238, de 1 de julho, e ao Despacho n.º 5410/2014, do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro de 17 de abril de 2014;
- Ao nível das Medidas de Redução de Gastos Operacionais¹⁴, recorda-se que as empresas com EBITDA positivo em 2015 teriam que assegurar a redução do peso daqueles custos no volume de negócios¹⁵. Nesta medida, a CP apresentou um aumento de 4 p.p., face a 2010. Esta evolução resulta, essencialmente, da ausência de indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado (-34,7 milhões de euros); Excluindo esse efeito, ter-se-ia verificado uma melhoria deste indicador em 11 p.p.. Assim, merece ser destacado isoladamente o desempenho das seguintes rubricas:
 - i. Gastos com o Pessoal¹⁶, deduzidos do valor das indemnizações por cessação de contratos de trabalho e das responsabilidades decorrentes do acordo

¹³ Incluindo outros meios de pagamentos similares.

¹⁴ Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal (deduzidos do valor das indemnizações por cessação de contratos de trabalho).

¹⁵ Excluindo os subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.

¹⁶ Incorpora o efeito da aplicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.



relativamente à integração dos abonos variáveis, verifica-se uma redução de 16,6 milhões de euros (-14,7%) face a 2010, essencialmente devido ao efeito da diminuição do número de colaboradores e das reduções remuneratórias em vigor em 2015¹⁷. Importa ainda destacar uma redução no n.º de efetivos em 17% quando comparado com o ano de 2010, decréscimo igualmente verificado no n.º de cargos de direção em 65% face àquele ano de referência;

- ii. CMVMC, diminuição em 5,4 milhões de euros (-48% face a 2010) que resultou, essencialmente, da racionalização da oferta e de alguns serviços terem passado a ser realizados integralmente em tração elétrica;
 - iii. FSE, redução de 1% face a 2010, generalizada à maioria das rubricas que o compõe, resultante do esforço de contenção de gastos efetuado pela empresa. A redução seria substancialmente maior (15%) caso se excluam os aumentos de gastos suportados com a Taxa de Utilização da Infraestrutura (10,7 milhões de euros), de eletricidade para a tração (7,5 milhões de euros) e de outros gastos como o aluguer de material circulante (4,8 milhões de euros).
- No que importa à frota de automóvel e à revisão das categorias dos veículos que a integram, e tendo em consideração o disposto no Ofício Circular da DGTF n.º 4238, de 1 de julho de 2013, e no Despacho n.º 5410/2014, do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro, de 17 de abril, a empresa manteve em 2015 a trajetória da redução do número de veículos, passando dos 57 detidos em 2013, para 49 em 2015, bem como procedeu à revisão das categorias dos veículos e às rendas máximas definidas, o que permitiu uma redução dos gastos médios por veículo de 6.700 euros em 2013, para os 5.246 euros em 2015;
 - Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – A CP tem requerido anualmente a dispensa, considerando que as especificidades da atividade da CP exigem a manutenção de algumas contas bancárias e serviços bancários disponibilizados pela banca comercial; Assim, em 2015, a CP obteve autorização para não cumprimento do princípio da unidade de tesouraria relativamente a alguns serviços, designadamente recolha e contagem de valores, cartões de refeição e garantias bancárias; Não obstante, a CP tem desenvolvido todos os esforços no sentido de, sempre que possível, dar cumprimento ao referido princípio o que se traduz durante o ano de 2015 numa taxa de centralização conseguida de 75% das suas disponibilidades junto do IGCP;
 - Por último e ainda no âmbito da divulgação do cumprimento das orientações legais nos termos previstos do citado Ofício Circular da DGTF, de fevereiro de 2016, designadamente no que concerne à elaboração e divulgação do relatório anual sobre a prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46º do RJSP, importa

¹⁷ As previstas na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado de 2015 e as constantes na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.



sublinhar que a CP dispõe de um Plano de Gestão de Riscos¹⁸, disponível no seu site, que inclui os riscos de corrupção e infrações conexas, no âmbito do qual são detalhados os riscos de gestão, corrupção e infrações conexas, identificando para cada uma das atividades da empresa os respetivos riscos, medidas de mitigação, bem como os mecanismos de controlo implementados.

A empresa elabora anualmente um relatório através do qual identifica os factos suscetíveis de constituir infração penal ou disciplinar, estando disponível no site da empresa, o relatório referente ao ano de 2013.

6. OUTROS ASPETOS:

- Não obstante a CP ter norteado a sua atividade de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento 2015, aprovado pelas tutelas financeira e sectorial em 8 de setembro de 2015, e com as orientações contidas no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI) 2014-2020, não foram emitidas orientações específicas para a empresa pelo que não se mostra adequado efetuar uma análise ao cumprimento das mesmas;
- Não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, nem celebrados contratos de gestão com os gestores, o que igualmente inviabiliza a avaliação do desempenho dos mesmos;
- A CP implementou políticas comerciais mais eficazes, ajustou a oferta em função da procura, como forma de implementar estratégias de maximização das receitas. Daqui resultou um crescimento do n.º de passageiros transportados em 2% face ao ano de 2014, traduzindo-se num aumento de 0,8% no volume de negócios¹⁹;
- Pese embora a ausência da atribuição por parte do Estado de indemnizações compensatórias à parte da operação correspondente à prestação do serviço social, que justificou a redução no presente exercício do EBITDA em 10,99 milhões de euros face ao obtido em 2014, ainda assim este manteve-se positivo em 3,8 milhões de euros.
- Por conseguinte, afigura-se necessário e imprescindível a contratualização do Serviço Público a prestar pela CP, bem como prosseguir com o processo de saneamento financeiro, de forma a assegurar a sustentabilidade económico-financeira da empresa.

7. PARECER

De acordo com o que precede e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o Relatório dos Auditores Externos, Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., para efeito de preparação do

¹⁸ Versão de dezembro de 2009.

¹⁹ Excluindo os subsídios à exploração e outros rendimento e ganhos.

CONSELHO FISCAL

presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2015 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou, ainda, que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa associados ao exercício em análise.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

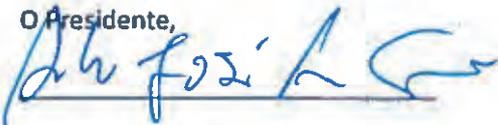
- i) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativas ao exercício de 2015, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do Resultado Líquido negativo no montante de 278.426.115 euros ser levado a resultados transitados.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo do ano de 2015 tanto pelo Conselho de Administração como pelos colaboradores da CP.

Lisboa, 15 de maio de 2016.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,



António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro


Nelson Costa Santos

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

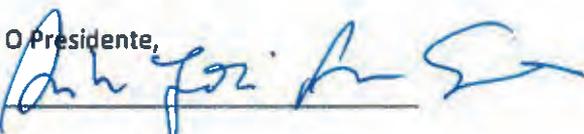
A informação constante no Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução do negócio, do desempenho da empresa, contém uma descrição dos acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, destacando os principais riscos e incertezas com que se defronta; e

A informação constante no Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E..

Lisboa, 15 de maio de 2016.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,



António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Nelson Costa Santos